



ZERO

FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 2009 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXVII, NÚMERO 1

Distribuição gratuita

Economia

Número de jovens empresários cresce no Brasil e em SC

Apesar dos riscos e da dificuldade financeira, aumenta o empreendedorismo entre pessoas que tem até 24 anos. O crescimento do desemprego e o surgimento de novas oportunidades são algumas das razões que estimulam esse cenário.

página 5

Cultura



Estudantes guiam rota turística pelo cotidiano do Pântano do Sul

página 15

C&T

Prorrogado prazo para uso de sacolas 100% ecológicas

Estabelecimentos têm até novembro de 2010 para se adequarem à lei municipal que determina que as empresas devem fornecer e utilizar apenas sacolas retornáveis, de papel ou oxibiodegradáveis.

página 10



Especial

Graduação em debate

Curso de jornalismo da UFSC faz aniversário de 30 anos junto com polêmica sobre a importância do diploma

páginas 8 e 9

Governo planeja criar 68 termoelétricas a combustíveis fósseis na próxima década

No sul do país, cinco já estão em processo de instalação ou viabilização, uma delas em Treviso, Santa Catarina

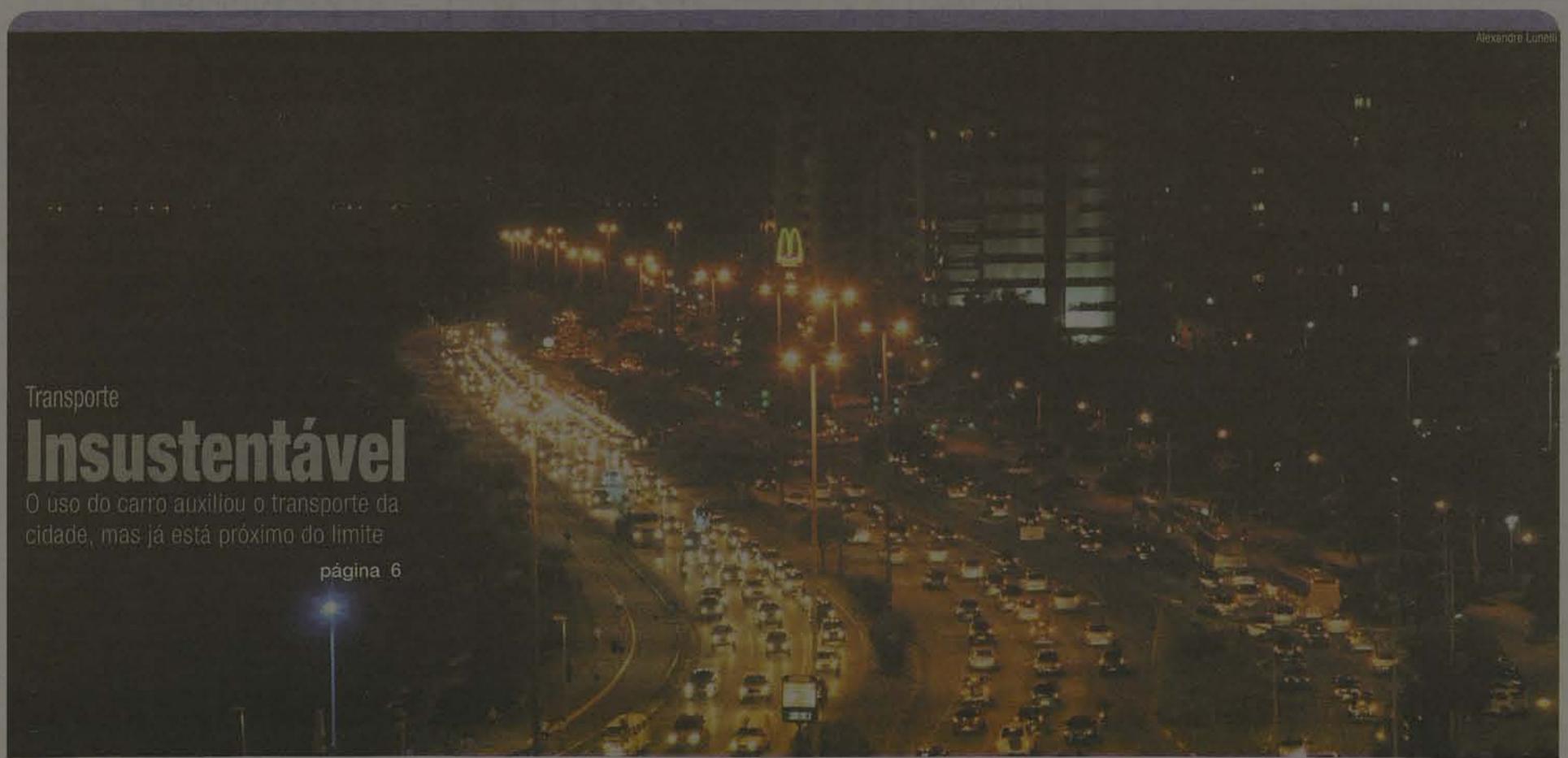
A Usina Termoelétrica Sul-Catarinense (Usitesc) será mais um elemento na indústria carbonífera do sul do estado, que movimentará R\$ 900 mi-

lhões por ano. A economia da região depende, em parte, da mineração. Em contrapartida, essa atividade causa um grande impacto socioambien-

tal. O carvão é um recurso natural não-renovável, e sua lavra libera no meio ambiente metais pesados que poluem a atmosfera, a terra e o

solo - destroem plantações e causam doenças cardiorrespiratórias nos moradores da região.

página 11



Alexandre Lunelli

Transporte

Insustentável

O uso do carro auxiliou o transporte da cidade, mas já está próximo do limite

página 6

O UNIVERSITÁRIO e o R.U.



A frase, pintada próxima ao RU, é um protesto contra as longas filas do restaurante

- Em dias letivos, cerca de 4.100 pessoas almoçam no Restaurante Universitário. No jantar, o número cai para 500. Entre 1998 e setembro de 2008, o R.U. serviu 5.173.931 refeições

- Ao todo, são utilizados 250 quilos de arroz e 180 quilos de feijão para preparar o almoço de um dia

- Uma bandeja pronta, que é servida na segunda ala do R.U. tem, em média, 850 calorias

- Chegando à fila ao meio dia, um estudante demora cerca de meia hora para conseguir entrar no R.U.

- O almoço começa a ser feito às 7h30 da manhã. Trabalham no restaurante 52 servidores públicos e 21 funcionários terceirizados

- Comendo no R.U., o estudante economiza cerca de R\$18,00, já que o preço médio de comer fora em Florianópolis, segundo a Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador (Assert), é de R\$19,52

CARTAS

Comentários, críticas e sugestões podem ser enviadas para zero@cce.ufsc.br

Confesso que fiquei espantado com o conteúdo produzido por vocês. Já é o terceiro jornal ZERO que tenho contato e gostaria de deixar neste espaço, minha satisfação em conhecer esse tablóide, merecedor de grandes prêmios.

Lucas Alvarenga, estudante de Jornalismo no Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH)

Fiquei impressionada com a qualidade do encarte sobre as comunidades de Florianópolis, tanto pelo texto como pelas fotos. A entrevista sobre a ação do Ministério Público contra a RBS, que foi tão pouco divulgada e que, antes, mais parecia um boato, também está muito boa. Meus sinceros parabéns à equipe.

Suzete Antunes, jornalista

EDITORIAL

Turismo e planejamento

“Queremos que Florianópolis seja um destino como Cancún”, afirmou o diretor geral da Secretaria do Estado da Cultura, Turismo e Esporte, Gilberto Savedra ao ZERO após ser questionado sobre que modelo de negócios o Conselho Mundial de Viagem e Turismo (WTTC, na sigla em inglês) deseja desenvolver na cidade. A conferência ocorre entre 14 e 17 de maio no resort Costão do Santinho e vai reunir cerca de 800 empresários e governantes de todo o mundo.

Cancún é uma ilha mexicana, considerada um dos principais centros turísticos do mundo. A cidade recebe, por ano, cerca de 3 milhões de visitantes. Mas, longe de ser um paraíso, a península vem sofrendo com constantes problemas ambientais. Uma das maiores atrações da ilha, o Sistema Lagunar Nichupté, hoje está com suas águas poluídas devido à contrução indevida de empreendimentos na área de mangue que fica ao redor das lagoas e, também, por causa do tratamento inadequado do esgoto.

Florianópolis, assim como a ilha mexicana, vem enfrentando problemas para conciliar o desenvolvimento turístico com

as questões ambientais. Segundo relatório divulgado no dia quatro de abril pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Florianópolis tem 14 locais impróprios para o banho, de um total de 63.

Além da questão ambiental, a capital tem problemas no planejamento urbano.

Na rua de acesso ao local onde vai acontecer o WTTC, por exemplo, a pavimentação do asfalto não está completa e falta sinalização para acesso à praia e recuo de ônibus, conforme aponta matéria do ZERO.

Mesmo com esses problemas, o número de visitantes que chega ao município durante a alta temporada aumenta cada vez mais. Segundo pesquisa da Santa Catarina Turismo S.A (Santur), o movimento estimado de turistas em 2008 foi de 776.374, um número cerca de 30% maior comparado ao de 2006.

Um das justificativas que o governo deu para que Florianópolis fosse eleita como sede do WTTC foi, justamente, sua preocupação com a preservação do meio ambiente na cidade. A capital deve se preparar para que esses possíveis danos, que já começaram a se evidenciar, sejam evitados. É uma questão de planejamento.

Florianópolis deve se preparar para evitar possíveis danos ambientais

CHARGE



Sobre o chargista

Rafael Ferreira, 23 anos, é estudante do sexto período de design da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). Para entrar em contato com o autor, escreva para rafaelraffer@hotmail.com

Para os chargistas

Se você é daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desene para o ZERO e envie para zero@cce.ufsc.br. Sua charge pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do jornal

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO

Ano XXVII - Nº 1 - Abril de 2008
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Fechamento: 28 de abril

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC - Trindade
Florianópolis - CEP. 88040-900
Tel.: (48)3721-6599/3721-9490
Site: www.zero.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO Alexandre Lunelli, Aline Fernandes, Bruna de Paula, Carlos dos Santos, Daiana Meller, Daniel Ludwig, Débora Oliveira, Déborah Salves, Diego Kerber, Juliana Passos, Livia Freitag, Luis Henrique Knih, Luisa Frey, Pedro Santos, Risa Stoider, Talita Fernandes, Thais Goes
EDIÇÃO Capa, Opinião e Economia Camila Palatino
Entrevista Déborah Salves
Cultura Gustavo Bonfiglioli
C&T e Meio Ambiente Lígia Lunardi
Educação Joana Caldas
Política Rodolfo Espinola
Especial Risa Stoider e Thais Goes
Contracapa e Imagem Alexandre Lunelli
FOTOGRAFIA Alexandre Lunelli, Aline Fernandes, Daiana Meller, Daniel Ludwig, Déborah Salves, Jonathas Mello, Rodolfo Espinola
EDITORAÇÃO Alexandre Lunelli, Camila Palatino, Camila Chiodi, Carlos dos Santos, Débora Oliveira, Diego Kerber, Felipe Franke, Gabriela Cabral, Gustavo Bonfiglioli, Joana Caldas, Juliana Passos, Lígia Lunardi, Luis Henrique Knih, Pedro Santos, Risa Stoider, Rogério Moreira Júnior, Rodolfo Espinola, Talita Fernandes
INFOGRAFIA Gregório Lamela, Rafaella Volkman e Rogério Moreira Júnior
PROFESSOR-COORDENADOR Tatiana Teixeira DRT-BA 1766
COORDENAÇÃO GRÁFICA Sandro Lauri Galarça DRT/RS 8357
MONITORIA Amanda Busato e Annelize Conti
IMPRESSÃO Diário Catarinense
CIRCULAÇÃO Nacional
TIRAGEM 5.000 exemplares



Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set. Universitário / PUC-RS (1988, 89, 90, 91, 92 e 98)
Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

ZERO NO TEMPO



SOBREVIVENTES
Carvão só trouxe poluição, doenças e miséria

Em outubro de 1990, a estudante Sônia Bridi - hoje correspondente internacional da rede Globo em Paris - escreveu para o ZERO uma reportagem especial sobre a extração do carvão nas cidades do sul de Santa Catarina. A matéria denunciava a ocorrência de chuvas ácidas, poluição da água, entre outras questões ambientais presentes na região de Criciúma e arredores.

Nesta edição, quase 20 anos depois, o ZERO retorna à região carbonífera e comprova que os problemas apontados pela matéria de Bridi continuam atuais. Somado a isso, o governo federal incentiva a criação de novas usinas termelétricas através do Plano Decenal de Energia Elétrica (PDEE). Em maio, deve ser liberada a construção de nova uma usina na cidade de Treviso, perto de Siderópolis, município visitado nas duas reportagens.



Fotos: Aline Fernandes



Lúcio Gregori é engenheiro civil e assumiu a Secretaria de Transportes da cidade de São Paulo entre 1990 e 1992. Atualmente ministra palestras aos integrantes do Movimento Passe Livre, que assim como o engenheiro paulista entende o transporte coletivo como um serviço que deveria ser prestado pelo Estado.

Transporte coletivo sem concessão

Há 17 anos, São Paulo sofria com a frota pequena de ônibus perante à crescente demanda por transporte coletivo na cidade. Para resolver o problema, em 1992 a Prefeitura municipalizou o serviço. Os ônibus passaram a ter uma cor única e a determinação do valor da tarifa ficou a cargo da Secretaria Municipal de Transportes. Secretário da pasta à época, Lúcio Gregori conta como foi o processo e quais os impasses políticos superados. Fala também sobre o Tarifa Zero, projeto que deveria seguir-se a uma reforma tributária, mas que não chegou a ser implementado. A administração do transporte coletivo pela Prefeitura também não teve continuidade na capital paulista, alegadamente porque a redução de custos não compensava os gastos assumidos pela administração municipal.

Zero - Como surgiu a proposta da municipalização?

A municipalização surgiu porque havia um descompasso muito grande entre a demanda da cidade [São Paulo] e a oferta do transporte. Um estudo do Núcleo de Transportes do PT propôs uma forma de contratação dos serviços de ônibus separando o custo da tarifa.

Como a ideia ganhou força?

Existia um dispositivo na lei de 1950 que dizia que você poderia cobrar uma taxa das empresas que tinham linhas muito rentáveis, para que ela não ganhe muito dinheiro em relação às outras, para que haja equilíbrio. Apliquei essa taxa. Então as empresas perderam a boca, porque o que elas ganhavam a mais, eu tirava sob forma de taxa. Houve um interesse geral para resolver o assunto.

E como foi resolvida a questão?

O Francisco Whitaker [à época, vereador e líder do governo de Luiza Erundina] propôs uma conversa com vereadores da oposição, ligados à bancada dos empresários. Negociamos artigo por artigo, passamos uns dois ou três meses, e chegamos a um projeto de comum acordo que é a forma de contratação através da municipalização. Fizemos a licitação e a prefeitura passou a controlar o serviço de ônibus. Pagávamos um preço baseado no custo deles e, todos os dias, eles iam à prefeitura para entregar o dinheiro referente às passagens vendidas.

O que mudou em São Paulo quando a prefeitura assumiu a administração do transporte coletivo?

A grande crise do transporte de São Paulo era que a frota de ônibus estava congelada há 14 anos. Era alucinante. Gente disputando lugar no ônibus a tapa, andando na capota às 4 da manhã. Lançamos mil ônibus de uma só tacada. Bum! No dia 25 de janeiro de 1992, enfileiramos a frota (não necessariamente zero quilômetro), deu uns 10 quilômetros. Claro que a Rede Globo não deu a notícia. Depois de mais três meses botamos mais 1,5 mil. Onde você esperava anteriormente uma hora por uma linha, passou a esperar três, quatro minutos. Andava sentado. Tinha ônibus à beça. Foi um absoluto sucesso.

Então, qual o motivo da resistência das prefeituras ao fim das concessões?

Primeiro que a concessão é uma tradição e a humanidade é muito conservadora. Depois... repare que os ônibus têm a cor da empresa de transporte. Quando municipaliza, você põe a cara da prefeitura na frota. Então, o aumento de tarifa é visto com muita clareza como algo da prefeitura. Há um jogo político clássico nisso. Com a concessão, você bota o empresário de ônibus meio como espantalho nessa história, e isso serve politicamente à discussão populista, enganadora. Fora o fato de que aparentemente a prefeitura se livra do problema. Pra falar a verdade, no mais eu não sei por que, talvez coisas inconscientes.

Agora em relação ao projeto Tarifa Zero. Na sua opinião, por que a tarifa deve ser subsidiada?

Pela mesma razão que você passa pelo poste de luz e não paga para usufruir da iluminação pública. Então alguém vai ter que me explicar por que se paga o ônibus. São raciocínios no mínimo de caráter pragmático e de isonomia. Sem entrar no mérito do direito de ir e vir, que fica prejudicado quando você não tem dinheiro para fazê-lo. Do ponto de vista teórico, tudo que tem valor de uso não deveria ter cobrança direta, isso deveria servir pra água potável, esgoto, que no limite seriam serviços públicos prestados pelo Estado à população. Não tem que ter lucro com água, não é mercadoria, nada disso é mercadoria.

O Tarifa Zero passava por reforma tributária, com aumento do IPTU. Isso não encareceria os produtos?

Duas meias verdades, ou duas meias mentiras. Primeiro, você só transfere quando o mercado permite, porque se o concorrente consegue preço menor, você não consegue transferir o aumento de custo 100% pro preço. Segundo, quanto é que o IPTU representa no custo? Se considerar o que o empresário gira de dinheiro versus o que ele paga de IPTU, é uma proporção pequena o que o imposto impacta. Se você teve um acréscimo de 0,4%, que custo você vai passar pro quilo de arroz? 1 centavo, se for. Ou não repassa, e a margem de lucro que era de 10% passa a ser de 9,6% e pronto.

E quanto representava o aumento do IPTU na época?

Não sei mais de cabeça. Para imóveis residenciais, o aumento era muito pequeno. Com um detalhe: 32% dos imóveis de São Paulo eram isentos de IPTU, todos de até 50m², e iam continuar isentos. Diziam também que ia aumentar os aluguéis. Primeiro tem o problema de conseguir repassar. Depois, a quantidade de inquilinos que seriam afetados era muito baixa, era só nos imóveis de luxo. Para quem pagava 300 reais de imposto ia ser um acréscimo de 10 reais. Mas isso era tudo uma disputa política, ideológica.

“Quando municipaliza, você põe a cara da prefeitura na frota. Então, o aumento de tarifa é visto com muita clareza como algo da prefeitura”

Como seria uma cidade inteira funcionando com a Tarifa Zero?

É uma questão interessante. Lembro que acharam que a Tarifa Zero poderia estimular a periferação da cidade. As pessoas iriam morar muito longe porque não há o custo do transporte. Hoje, se houver tarifa zero nos ônibus, aonde tiver

ônibus intermunicipal e metrô idem, as cidades mudam inteiramente. Para onde? Não sei, não dá nem pra prever. Mas não vai deixar de ter automóvel, quem vai a cidades grandes do exterior vê que tem trânsito, sim. Paris tem 400 a 500 quilômetros de metrô, não é pouco, é uma cidade com sete milhões de habitantes - São Paulo tem doze milhões - e tem congestionamentos federais!

E Paris tem subsídios de até 90% das passagens.

Tem gente que gosta de sofrer, fazer o quê? Por outro lado, você tem algumas coisas em que o transporte coletivo, nem com Tarifa Zero, conseguirá superar o automóvel. O vendedor que vai daqui pra lá com mostruário, isso e aquilo, vai andar de carro. Então, muda tudo pra quem quer mudar e não muda nada pra quem não quer.

Com mais de 65 anos, o senhor tem o direito à “tarifa zero”. Como é essa experiência?

(Risos) É deliciosa. Primeiro porque não paga, nem indiretamente! A outra coisa é que percebo as várias facetas da tarifa zero, não apenas pelo preço, mas a liberdade de organizar sua movimentação sem a trava do pagamento. Entro no ônibus, desço, pego outro, agora vou fazer não sei o quê, não estou nem aí.



“ Não se paga para usar da iluminação pública. Então por que pagar ônibus?”

Juliana Passos

ZERO



Em 2007, foram investidos, em Santa Catarina, cerca de R\$ 35 milhões em confecções de artigos do vestuário (FIESC)

Moda íntima cresce em Ilhota

Setor continua atraindo compradores à cidade mesmo após tragédia no Morro do Baú

Entre os meses de outubro e fevereiro, a avenida Ricardo Paulino Maes é tomada por visitantes de todo o país em busca dos produtos típicos de Ilhota: biquínis e calcinhas. Ao todo, o município possui 140 fábricas de moda íntima e praia, 100 delas com lojas na rua principal.

As chuvas de novembro chegaram a Ilhota em plena temporada e afetaram todas as empresas da região. O prejuízo, porém, não foi causado pela lama trazida pelo rio. Foram as imagens da tragédia no Morro do Baú que afastaram os visitantes, atingindo o setor que é responsável por 40% da economia da cidade.

“Não houve perda de produtos”, garante o diretor da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Ilhota, Paulo Vilmar Batista. Ele explica que as águas só atingiram as instalações físicas das empresas. “Todas as lojas ficaram pelo menos quinze dias fechadas, mas o problema maior foi que as pessoas ficaram com medo de vir a Ilhota”, conta Batista. “Teve um dia que um repórter disse na televisão que estava no centro de Ilhota, quando na verdade estava no Baú Central [localizado a 9 km do centro]. Quem viu aquilo achou que a cidade estava destruída”, completa a secretária de Indústria, Comércio e Turismo, Marisa Terezinha Pereira.

Para reverter a publicidade negativa, em dezembro foram investidos R\$ 47 mil em propaganda. Os resultados apareceram já na semana anterior ao Natal, quando os compradores começaram a retornar a Ilhota em busca dos produtos. “Não tivemos um crescimento em relação à temporada anterior, mas as vendas de janeiro e fevereiro compensaram o período de baixa”, calcula Marisa.



Daniel Ludwich

A enchente do rio Luís Alves (na janela ao fundo) fez as lojas fecharem por cerca de 15 dias, mas houve perdas apenas nas instalações

Os problemas enfrentados nas cidades vizinhas também afetaram o comércio da cidade. Simone Mengarda trabalha na administração da maior loja de moda íntima de Ilhota e diz que houve aumento na inadimplência, embora não saiba precisar de quanto. “Alguns dos nossos clientes de Blumenau e Itajaí perderam tudo nas chuvas”, explica.

Indústria cresce

Apesar de todos os problemas, a indústria da moda íntima e praia de Ilhota parece mesmo ser indiferente a fenômenos climáticos e crises internacionais. Segundo a Câmara

dos Dirigentes Lojistas (CDL), desde novembro foram abertas oito lojas contra apenas duas que fecharam as portas. Uma das mais recentes é a de Nilson Oliveira, veterano na indústria têxtil, mas que ainda está dando os primeiros passos na moda praia. Como muitos de Ilhota, Oliveira foi para Blumenau no final dos anos 80. “Naquela época Ilhota era apenas um corredor de trânsito”, conta. De volta à cidade, montou o que chama de um “laboratório de experiência para rede de lojas ou franquias”. A produção vem toda de sua fábrica em Blumenau.

“É muito difícil encontrar mão-de-obra especializada.” A constatação de Oliveira é facilmente verificável pelos anúncios em busca de costureiras. “Mas não é um problema só de Ilhota. Hoje ninguém quer trabalhar em escritório, mas tem costureira que ganha muito mais do que quem faz serviço administrativo”, afirma. O salário que varia de R\$ 600,00 a R\$ 1100,00 não tem sido suficiente para au-

mentar a procura pelo programa de capacitação profissional mantido pela prefeitura, que em seu primeiro ano capacitou 108 costureiras. Com um total de 340 profissionais formadas em quatro anos, apenas 60 delas foram capacitadas em 2008. “Quase todas as mulheres do município ou já tinham feito o curso ou já estavam empregadas no setor”, explica Batista.

Outra preocupação em relação ao crescimento da indústria da moda íntima em Ilhota é a falta de empregos para homens, o que tem levado o governo municipal a incentivar a vinda de outros tipos de empresas para a cidade. Até o fechamento desta edição, a prefeitura já havia confirmado a instalação de duas novas fábricas: uma de materiais cirúrgicos descartáveis e outra de peças para barcos, além de uma empresa especializada em pintura eletrostática.

Daniel Ludwich

Crise econômica no governo Collor provocou boom

A indústria da moda íntima e moda praia de Ilhota nasceu em 1986, na garagem de Maristela Pereira. Foi lá que a então dona de uma loja de aluguel de vestidos de noiva decidiu começar a fabricar biquínis. “As pessoas tinham parado de casar. A gente só via gente se separando. Ou eu mudava de negócio ou começava a alugar vestido de divórcio”, brinca. A opção pelos biquínis veio da sugestão de uma funcionária, Vanda da Silva, que já havia trabalhado em um fábrica de moda praia em Gaspar.

Seguindo o caminho iniciado por Maristela, outros empresários resolveram investir no setor. A indústria de Ilhota teve o seu primeiro boom no início da década de 90, quando a abertura econômica promovida pelo governo de Collor e de Fernando Henrique Cardoso fez com que a indústria têxtil do Vale do Itajaí sofresse um grande baque.

A professora da UFSC, Isabela Luckltenberg, em sua dissertação de mestrado *A indústria têxtil catarinense e o caso da Companhia Hering*, explica que as empresas, para tornarem mais ágil o processo de produção, passaram a importar equipamentos e tecidos, causando um desequilíbrio na balança comercial. De acordo com dados do Sindicato das Indústrias de Fiação, Tece-lagem e do Vestuário de Blumenau, em Santa Catarina, as exportações de produtos têxteis caíram cerca de 25% entre 1992 e 2001.

Além disso, a mecanização gerou ainda mais desemprego e muitos ilhotenses que eram funcionários de empresas de Blumenau e Gaspar tiveram que arrumar outra ocupação. Para alguns, a opção foi apostar no crescimento da indústria local. E a cada nova fábrica de biquínis ou calcinhas, mais pessoas vinham buscar esses produtos em Ilhota. Em pouco tempo, os empresários, que antes tinham que ir a outras cidades atrás de matéria-prima, viam os representantes das fábricas de tecido batendo em suas portas.

Em 2002, quando a cidade recebeu o título de Capital Catarinense da Moda Íntima e Moda Praia, esse crescimento tornou-se ainda mais acentuado, garante a secretária de Indústria, Comércio e Turismo, Marisa Terezinha Pereira. Não existem dados oficiais sobre o crescimento do setor. A Câmara de Dirigentes Lojistas de Ilhota aponta um crescimento de 30% no número total de salas comerciais da cidade nos últimos dois anos, mas não sabe precisar o quanto desse crescimento está ligado à indústria da moda íntima e moda praia. (D.L.)

Cidade

Uma história marcada por chuvas



Ilhota é um município com 12.012 habitantes (IBGE, 2008) da região do Vale do Itajaí, há 105 km de distância de Florianópolis. A cidade - atravessada pelo rio Luís Alves, um dos afluentes do Itajaí-Açu - tem sua história permeada por enchentes. Seu próprio nome remete à pequena ilha onde

os primeiros 90 colonos belgas da cidade desembarcaram no dia 27 de novembro de 1844. A ilha sumiu após a elevação do nível do rio Itajaí-Açu.

Segundo dados da Defesa Civil de Santa Catarina, Ilhota foi a cidade que teve o maior registro de óbitos devido às chuvas do ano passado. Ao todo, morreram 47 pessoas em razão dos alagamentos e deslizamentos. A maior parte das vítimas foram os moradores que viviam ao redor da região do Morro do Baú.

Antes do ano passado, a última grande enchente na cidade havia ocorrido em 1983. Mas, na época, apesar dos prejuízos, não houve casos de morte. (D.L.)



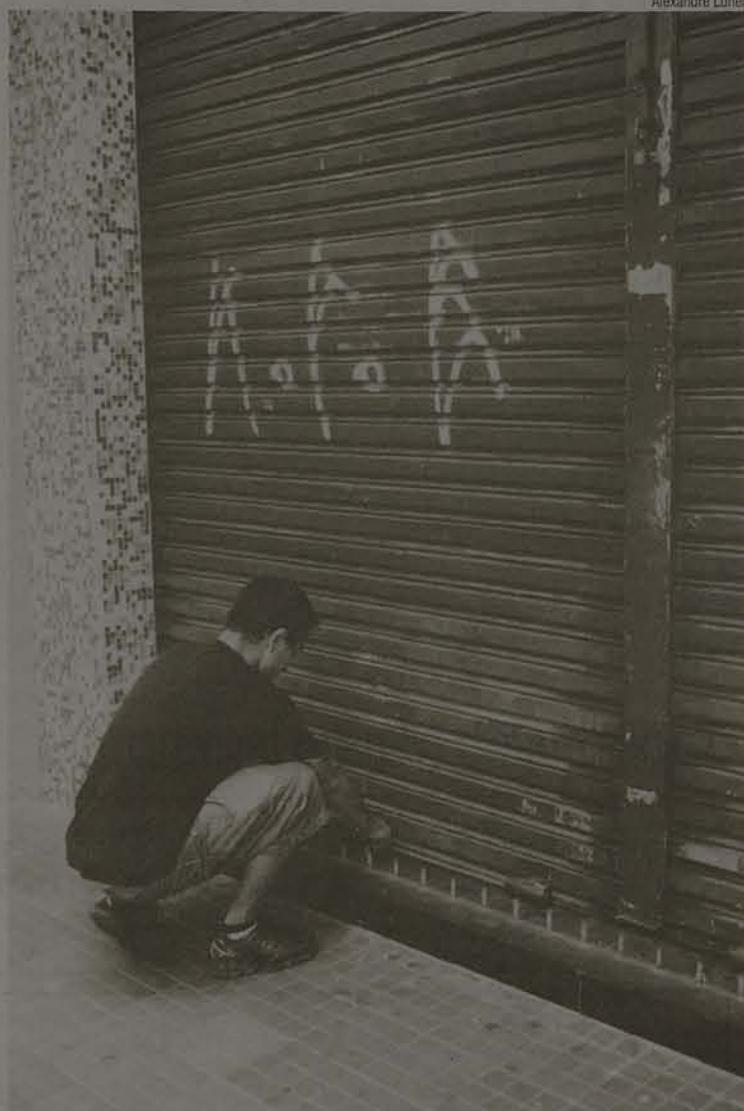
Jovens encaram os riscos do mercado

Em busca de emprego ou de uma oportunidade, número de empreendedores com até 24 anos cresce 5,5%

O número de jovens que se arriscam na abertura de um negócio vem crescendo no Brasil. Atualmente, 25% dos empreendedores brasileiros tem entre 18 e 24 anos, o que representa um aumento de 5,5% em relação ao ano passado. Os dados são do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), estudo divulgado todos os anos pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade e pelo Sebrae, que analisa a relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico em 43 países.

Em Santa Catarina, o cenário é o mesmo. Uma evidência disso é o número de núcleos reunidos pelo Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina (CEJESC), que completa dez anos em maio. Se em 2005 havia 12 núcleos, hoje existem 43 e mais 14 estão em processo de criação, cada um em uma cidade diferente. O órgão é vinculado à Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) e realiza atividades como negociações com empresários já estabelecidos e promove o contato com políticos de cada região.

O *Global Entrepreneurship Monitor* — que foi divulgado no dia 17 de março — ainda mostra que dentre os jovens empreendedores na faixa de 18 a 24 anos, 68% tomaram a decisão de abrir um negócio próprio a partir do surgimento de uma oportunidade (*ver box*). Até o ano passado, a maior parte dos jovens decidia empreender por necessidade, devido a carência de empregos formais no mercado de trabalho. No estudo do ano passado, o GEM mostrou que 25% do total de empresários por necessidade eram jovens, em contraposição a 14% dos que empreendem por oportunidade.



Alexandre Lunelli

A falta de conhecimentos gerenciais é o motivo que mais leva empresas à falência

Como responsáveis pela melhoria desse quadro, a pesquisa aponta programas como o Jovem Empreendedor, do Sebrae, o ProJovem Trabalhador, do Ministério do Trabalho e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. André Gaidzinski, presidente do CEJESC, acredita que essas políticas de

incentivo são as melhores que podem ser feitas. "Em vez de fazer o jovem procurar um emprego, ele abre o próprio negócio e dá empregos", explica.

Nem sempre, porém, os empreendimentos são bem sucedidos. Santa Catarina é o oitavo estado no país onde os negócios mais fecham, com

uma taxa de mortalidade de empresas de 24,10%, um número superior à média do país, que é de 22%, segundo pesquisa do Sebrae publicada em agosto de 2007.

Planejamento

A falta de planejamento aparece como um dos principais motivos desse problema. Na pesquisa de 2007 do Sebrae, 68% dos empresários que encerraram suas atividades apresentaram como razão do fechamento de suas empresas falhas gerenciais como a falta de conhecimentos de administração e de mercado. "Acontece de um empresário chegar e dizer: 'eu tenho recursos, quero investir em algo inovador.' A gente sempre aconselha ir atrás de informações para transformar a necessidade em oportunidade.", afirma o gestor de produtos do Sebrae/SC, Paulo Teixeira.

Essa foi a estratégia de Fernando Tornaim, que começou com uma revista colegial e hoje tem o *Kzuka*, jornal semanal do *Diário Catarinense* e do *Zero Hora* voltado para jovens. Tornaim, aos 26 anos, é sócio e um dos diretores do maior grupo de comunicação do sul do país, a RBS. "De forma quase obsessiva, sempre me preocupei em desenhar cenários diferentes para o meu negócio", afirma.

Pedro Martoni, de 21 anos, pelo contrário, tentou abrir uma lanchonete em 2007, quando os bares do Centro Sócio-Econômico estavam fechados na UFSC. Mas a iniciativa não deu certo. "Não tínhamos licitação. Apelamos para reitoria, mas não teve jeito", explica. Agora, Martoni deseja se arriscar em um novo negócio apenas quando concluir o curso de administração.

Dominar as técnicas, porém não basta. Os pequenos empresários que não possuem experiência podem buscar aperfeiçoamento junto às universidades ou ao Sebrae, mas segundo o professor de administração da Udesc, Nério Amboni, isso não é suficiente. "A educação proporcionada pelas escolas de negócios incentivam o desenvolvimento da visão empreendedora, mas esses conhecimentos, apesar de relevantes, não são suficientes", explica. Para Amboni, o mais importante é ter experiência adquirida e visão de mercado.

Risa Stoider

GEM 2009

As motivações

O empreendedorismo pode ser dividido em duas categorias: por oportunidade e por necessidade.

No primeiro caso, o futuro empresário percebe a existência de um cenário favorável para a criação de sua empresa, como, por exemplo, um nicho de mercado ainda não explorado. Depois, ele busca os recursos necessários, estabelece estratégias e executa planos.

Doreni Caramori, aos 29 anos, é dono hoje de três empresas e classifica sua iniciativa como um caso clássico do empreendedorismo por oportunidade. Aos 18 anos, foi estudar Administração em São Paulo e, antes de se formar, abriu seu primeiro negócio. Ele observou que era preciso complementar a atividade turística de Santa Catarina com algo que fosse além das belezas naturais e foi aí que decidiu investir em entretenimento. "A indústria do lazer já movimentava mais de US\$ 3 trilhões (cerca de R\$ 6,4 trilhões) no mundo todo. Foi olhando para essa realidade; tendência mundial e demanda do mercado local que entendi tratar-se de oportunidade diferenciada", relata.

O empreendedor por necessidade, por outro lado, entra no mundo dos negócios em busca de emprego quando não encontra outra forma de gerar renda no mercado. Ele encara o empreendedorismo como uma questão de sobrevivência.

Esse ano, a taxa de empreendedorismo por oportunidade superou a de necessidade no Brasil pela primeira vez, nos nove anos em que a pesquisa é realizada no país. Para cada empreendedor por necessidade há dois por oportunidade. Caso essa tendência continue, o Brasil tende a aproximar-se da realidade de países como os Estados Unidos e França. (R.S.)

Grandes bancos dificultam crédito a iniciantes

Mesmo com planejamento, a dificuldade financeira aparece como um dos maiores obstáculos ao jovem empreendedor. "Conseguir financiamento para abrir um negócio é complicado. O banco vive de dinheiro e não vai querer emprestar para quem apresenta riscos", afirma Paulo Teixeira, gestor de produtos do Sebrae/SC.

A alternativa são as agências que oferecem microcrédito para pequenos negócios, especialmente para os empreendedores iniciantes que não conseguem recursos nos grandes bancos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. No Estado, o Programa de Microcrédito de Santa Catarina, coordenado pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (Badesc)

desde 1999, atende os 293 municípios catarinenses e oferece financiamentos que vão de R\$ 200 a R\$ 10 mil, com juros que variam de 2,7% a 4% ao mês e prazo de, no máximo, dois anos para o pagamento. É o suficiente para começar um pequeno negócio, já que 40% dos empreendedores em estágio inicial investem entre R\$ 2 mil e R\$ 10 mil, de acordo com os dados do GEM de 2008.

Com a crise econômica, que começou nos Estados Unidos em setembro do ano passado e já atingiu diversos países, a precaução na hora de tocar um empreendimento, no entanto, deve aumentar.

Mesmo com o retorno da oferta de crédito por bancos como a Caixa

Econômica — que haviam limitado o financiamento apenas às grandes empresas desde setembro do ano passado — a procura por auxílio financeiro pelas pequenas e médias empresas caiu 11,4%, entre janeiro e fevereiro desse ano. "A crise financeira faz o jovem pensar duas vezes antes de abrir um negócio, mas se ele tem dinheiro, o mercado continua sendo bom", avalia André Gaidzinski, presidente do Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina (CEJESC).

Os casos de empreendedorismo por necessidade, em função do desemprego, também devem aumentar entre os jovens. "O questionamento do jovem é: me formei, mas o que vou fazer agora?", explica Paulo Teixeira.

Entre 1992 e 2006, o desemprego entre pessoas que tem de 16 a 24 anos subiu de 11,7% para 17,9%, de acordo com pesquisa de 2008 da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

"Muitas atividades empreendedoras estão servindo para complementar a renda familiar ou até mesmo como recurso de sobrevivência para o empreendedor, por causa da baixa taxa de absorção do mercado formal de trabalho", explica o professor de administração da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Nério Amboni. (R.S.)

ZERO



Dados do Departamento de Trânsito de Santa Catarina - DETRAN - indicam que Florianópolis possui cerca de 280 carros para cada ônibus em circulação

Tráfego excede capacidade das vias

Caso nenhuma alteração eficaz seja feita, outras 12 ruas da capital ultrapassarão seu limite em dois anos

Mais de 38 vias na capital trabalham com pontos de fluxo de veículos próximos ou acima da capacidade nas horas de pico. Muitas são essenciais como a avenida Professor Pedro Henrique de Silva Fontes, que recebe o fluxo dos campi da Universidade Federal e Estadual, a rodovia Ademir Gonzaga, que liga o centro à Lagoa da Conceição e o trevo da Seta, que dá acesso ao aeroporto e região do Campeche. Caso nenhuma alteração seja feita, mais 12 vias alcançarão o limite de sua capacidade em diversos pontos nos próximos dois anos. O estudo foi realizado a partir de um convênio firmado entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Laboratório de Sistemas de Transportes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

Os dados foram coletados através da contagem de veículos que trafegam nas ruas e de simulações que estimaram os fluxos futuros. Nas simulações foram considerados o aumento populacional e locais onde há maior demanda, como shoppings e parques. "Mesmo incluindo todas as alterações estruturais sugeridas pelo IPUF, como a ampliação de avenidas ou construção de túneis, muitos pontos críticos não foram solucionados", alerta a coordenadora da pesquisa *Estudo dos impactos no sistema viário devido ao adensamento urbano da cidade de Florianópolis*, Lenise Goldner. "A solução para este problema só pode ser alcançada por uma mudança no modelo do transporte urbano em Florianópolis", complementa.

Segundo dados do Detran/SC, a frota da capital em 2005 era de 143 mil carros, 23 mil motos e 514 ônibus. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Florianópolis possui 402 mil habitantes, o que gera uma relação de um carro para cada 2,8 pessoas. "O modelo do carro possibilitou uma grande expansão das cidades, num processo de pulverização, porém isso tem um limite, e estamos próximo dele aqui em Florianópolis", alerta Arnaldo Debatin Neto, doutor em engenharia de produção e especialista em planejamento e projeto do espaço urbano.

Propostas

Uma das alternativas para que o transporte urbano em Florianópolis opere de forma eficiente é a substituição deste modelo. "O transporte deve ser pensado priorizando o trinômio pedestre, ciclista e, por fim, transporte público", afirma Francisco Ferreira, professor do Departamento de Arqui-

tetura e Urbanismo da UFSC e coordenador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Ecologia e Desenho Urbano. Esta mudança deve se refletir no espaço cedido a cada uma destas formas de transporte. "Reduzindo a largura da faixa destinada aos automóveis, pode-se criar espaço suficiente para a construção de uma ciclovia", indica Ferreira. Para o professor, estas alterações não trazem prejuízo para o trânsito já que a maioria das ruas da capital pode ter suas pistas reduzidas.

Faixas exclusivas de ônibus estão sendo testadas pela prefeitura. Algumas já estão demarcadas permanentemente. "Conseguimos diminuir o tempo de viagem de algumas linhas de ônibus em até 30 minutos", afirma Wálter Tamagusko, diretor de planejamento da secretaria de transportes de Florianópolis. Outras mudanças em estudo são a demarcação de faixas exclusivas na avenida Beiramar norte e sul, na Ivo Silveira e na rodovia SC-405, além da alteração das ruas de acesso à região da UFSC. "A administração pública deve ser pró-ativa e hoje é visível que ela está apenas atrás de uma demanda, tentando resolver os problemas pontualmente", critica o professor Debatin. "Você tem que trabalhar uma visão para a cidade, compreendendo o modelo econômico que vigora e qual será a proporção de privilégio dado ao empreendedor e ao usuário. Hoje eu vejo um apoio exagerado aos empresários."

Mesmos problemas

A Contrans, uma comissão com o objetivo de dar consultoria ao planejamento urbano composta por representantes do Sindicato dos Trabalhadores no Transporte Urbano, Secretaria de Transportes Urbanos, UFSC, associações empresariais e entidades comunitárias, apresentou sugestões para solucionar problemas do trânsito. "As medidas apresentadas são pequenas comparadas ao tamanho do problema, falta instrumentos técnicos e verbas para fazer um estudo mais aprofundado", ressalta Werner Kraus Junior, membro da comissão e especialista em controle de transporte urbano.

A tarifa mais barata é indispensável para que o ônibus se torne uma opção atraente. Um estudo feito em 2007 por Edgar Conrado, bacharel em ciências econômicas pela UFSC, demonstra que o custo de um carro com dois ocupantes é vantajoso em diversos casos. No trajeto de 12,2 quilômetros, a economia chega a 47%.

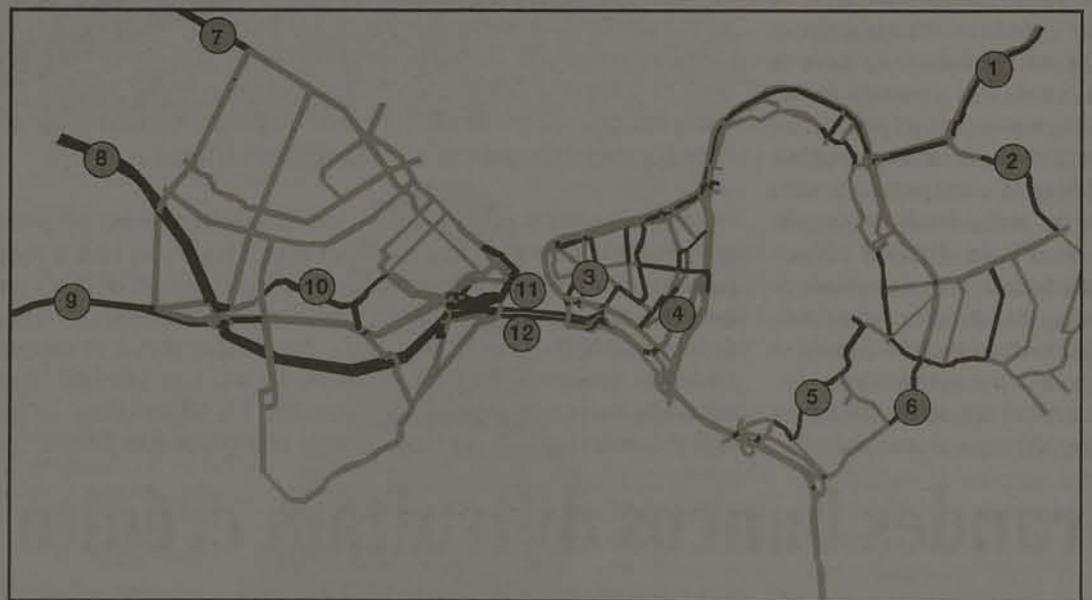
Diego Kerber

	Vantagens	Desvantagens	
Transporte privado	Carro e moto	Possui alta mobilidade e flexibilidade de rotas	Poluente, causa muitos acidentes, alto consumo de combustível e congestiona a rede viária
	Bicicleta e caminhada	Não poluente, não gera congestionamentos e maior integração social	Aplicável apenas em deslocamentos curtos
Transporte público	Ônibus	Possui a maior mobilidade dos meios públicos, menor custo de implantação e da relação passageiro/quilômetro	Dificuldade de operação em cidades com relevo acidentado como o da capital, uso de grandes espaços para construção de terminais
	Metrô e trem	Grande capacidade de passageiros, poucos acidentes, não poluente, silencioso e ocupa pouco espaço com terminais	Custo elevado de implantação, recomendável apenas para demandas superiores a 40 mil passageiros/hora.

Fonte: Política de Planejamento de Transportes e Desenvolvimento Urbano; Arnaldo Debatin Neto.

Locais onde o trânsito ficará crítico

Projeção do sistema viário em Florianópolis em dois anos, sem alterações na malha viária atual. Em destaque as ruas que atingirão de 80 a 100% de sua capacidade.



- | | |
|--------------------------|--------------------------------------|
| 1 SC - 401 | 7 Av. Dep. Leoberto Leal |
| 2 SC - 404 | 8 BR - 282 |
| 3 Av. Pref. Osmar Cunha | 9 Av. Pres. Kennedy |
| 4 Av. Rio Branco | 10 Rua Santos Saraiva |
| 5 Av. Des. Vitor Lima | 11 Ponte Gov. Colombo Machado Salles |
| 6 Rua Antônio Edu Vieira | 12 Ponte Pedro Ivo Campos |



Fonte: Estudo dos impactos no sistema viário devido ao adensamento urbano da cidade de Florianópolis
Arts: Gregório Lamela

Para Jean-Claude Baumgarten, presidente da WTTC, os investimentos trazidos com a conferência aumentam as chances de Florianópolis sediar jogos da Copa de 2014

Santa Catarina na rota dos investidores

Governo estadual destina mais de R\$ 3 milhões para sediar o maior congresso de turismo do mundo em Florianópolis

A 9ª Conferência Anual da *World Travel e Tourism Council* (WTTC) acontece pela primeira vez na América Latina, entre os dias 14 e 17 de maio. O encontro vai reunir cerca de 800 pessoas, entre representantes de governos, jornalistas e líderes de grandes empresas relacionadas ao turismo. Quando o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, confirmou a vinda do fórum de turismo para Florianópolis, afirmou que fazia questão de ir pessoalmente a Dubai entregar o convite para cada um dos xeiques. E foi o que fez. Em cinco meses, partiu para outras 11 viagens que divulgaram a milionária conferência. Nos últimos três anos, as cidades sedes do evento foram Washington, Lisboa e Dubai, respectivamente. Ano passado, São Paulo perdeu o posto para os Emirados Árabes.

Este ano a disputa ficou entre China e Brasil. A cidade de Xangai, com uma população de quase 19 milhões, perdeu por decisão unânime para a Ilha de Santa Catarina, de aproximadamente 400 mil habitantes. Na página da WTTC, a justificativa: o motivo para a escolha da capital catarinense sustenta-se na preocupação do governo com a preservação do meio ambiente, da cidade e da cultura local. O mesmo governo que, às vésperas da conferência, sancionou o novo código ambiental do estado que fere a legislação federal e está sendo questionada pelo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

“Nem precisamos pescar um investidor grande, um peixe de um tamanho normal é um investimento de 100 milhões de dólares para o estado. Queremos fazer de Santa Catarina um destino como Cancún”, revela Guilberto Savedra, diretor geral da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. A conferência engloba, além do Congresso de Turismo, atividades chamadas de sociais, onde os líderes poderão se reunir para conhecer alguns dos pontos turísticos do estado. “O importante é colocar Santa Catarina na rota dos investimentos internacionais”, afirma o diretor. Na última conferência, em Dubai, o evento garantiu o equivalente a US\$1,9 milhão em espaço na imprensa mundial e US\$ 100 milhões em negócios após seu término. A vinda da nona edição para o Brasil é resultado de um esforço conjunto do governo federal, governo estadual e instituições privadas.

Os investimentos

O orçamento total do fórum gira em torno de R\$ 10 milhões. Até o fechamento desta reportagem, Santa Catarina investiu R\$ 3 milhões, franquia cobrada ao estado pela WTTC para a realização do evento. O governo federal, através da Embratur entrou com o montante de R\$ 3 milhões e os demais investimentos serão custeados pelos patrocinadores. Segundo Savedra, ainda poderão surgir algumas questões até a conferência, por isso

a direção da Secretaria estadual de turismo ainda está a procura de mais investimentos das instituições privadas. “A nossa responsabilidade é de passar para o conselho mundial todos os contatos que estamos recebendo, propiciando assim mais oportunidades de negócios para Santa Catarina”, afirma Hélio Leite Jr., da Florianópolis e Região Convention e Visitors Bureau, entidade privada que participa da organização da conferência.

As ações efetivas de retorno para o estado começam pela publicidade gratuita. Além do grupo RBS, o canal de televisão britânico *BBC World*, o jornal *USA Today* e a revista americana *Newsweek Internacional* são parceiros do evento. Os anúncios convidando para o congresso, como o da contracapa da revista *Newsweek* em fevereiro, somaram um valor de R\$ 5,7 milhões. Até o dia do evento, a expectativa é que a publicidade atinja um valor próximo a oito milhões de reais. Outro ganho anunciado para o estado é o método de contabilidade desenvolvido pelo próprio WTTC, chamado de Conta Satélite de Turismo, estimado em R\$ 600 mil. A pesquisa, patrocinada pela WTTC, será divulgada no próprio evento e irá apresentar o levantamento do total impacto econômico e de geração de empregos do turismo em Santa Catarina, mostrando números para atrair futuros investidores.

Luis Knihs



Falta de recuo na única rua de acesso ao Costão é exemplo de infraestrutura defasada

Ilha receberá frota de limusines e helicópteros durante o encontro

A chegada dos participantes do fórum acontece dia 14 de maio, no Hercílio Luz. Nas últimas temporadas de verão, o aeroporto, único da cidade, firmou-se como uma das principais portas de entrada de turistas domésticos e internacionais do país. Com capacidade para 980 mil usuários por ano, recebeu, no ano passado, 2,08 milhões de passageiros. A reforma do aeroporto, quando concluída e sem prazo certo, vai atender a uma demanda de 2,7 milhões de passageiros por ano. Para o congresso do WTTC, uma nova estrutura modular, improvisada, oferecerá mais mil metros quadrados em salas de embarque e desembarque. “O aeroporto internacional de Florianópolis investiu R\$ 4 milhões para uma melhor acolhida aos participantes do fórum” afirma Ricardo Diestel, assessor de comunicação do aeroporto de Florianópolis. Além da ampliação das salas, o mon-

tante inclui aquisições de novas TVs, poltronas e pinturas nas edificações do Hercílio Luz.

A conferência anual da WTTC acontecerá no *resort* Costão do Santinho, localizado no norte da Ilha, aproximadamente 50 km do aeroporto. Serão disponibilizados helicópteros para os representantes de governos e limusines e carros de alto padrão para os representantes das empresas. “Todo o custo está dentro da verba investida pelos governos federal e estadual e dos patrocinadores”, garante Guilberto Savedra, diretor geral da Secretaria Estadual de Turismo, Cultura e Esporte. Apenas na área onde se localiza o melhor *resort* de praia do Brasil, ainda não estão concluídas as obras de repavimentação asfáltica da rua Onildo Lemos, estrada do hotel, implantação dos recuos para ônibus e sinalização para a praia. (L.K.)

Conferência

Como será realizada a nona edição

O *World Travel and Tourism Council* (WTTC), fundado por empresários após o ataque de 11 de Setembro, integra os setores públicos e privados na indústria da viagem e do turismo. Hoje, a empresa gera cerca de 230 milhões de empregos em todo o mundo, o que representa 10% do PIB Mundial. Interligado ao objetivo da empresa, o tema desta edição é *Parcerias reais – Economias enérgicas*. O presidente da WTTC, Jean-Claude Baumgarten, explica que os participantes irão debater a importância da parceria público-privada para impulsionar os investimentos nos setores de turismo.

A estimativa é que o Costão do Santinho Resort, sede do evento, receba cerca de 800 pessoas, entre representantes do governo, de companhias aéreas, redes de hotéis, operadoras de

cartão de crédito e jornalistas. Empresas como Emirates, IBM, Accor, American Express e Visa estarão presentes no Congresso. No *resort*, um pavilhão de 2 mil metros quadrados, que deve ficar pronto no final de abril, irá abrigar toda a estrutura do Congresso. Serão construídos um auditório, com capacidade para 650 pessoas, um local para exposições e um centro de imprensa para cerca de 150 jornalistas nacionais e internacionais.

As atividades da conferência possibilitam aos participantes a oportunidade de conhecer alguns pontos turísticos do Estado, porém não é destino obrigatório dos congressistas. O Park Unipraias, em Bañeário Camboriú, o mirante do Morro das Pedras e o centro histórico de Santo Antonio de Lisboa, em Florianópolis, estão na possível rota dos investidores. (L.K.)

Orçamento

Secretaria privilegia o turismo

Total:
R\$ 35.010.000

69,7% Turismo

• A Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esporte é a sexta com maior investimento neste ano. A primeira é a Secretaria da Saúde, que ficou com um montante de quase R\$ 2 bilhões.

• Mesmo com as iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável apresentadas no I Seminário de Turismo Responsável no mês de março pelo secretário de Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável foi a menos investida em 2009, com um montante de R\$ 14.084.

31,3% Cultura e Esporte



Fonte: Lei nº14468, Orçamento estadual 2009. Ilustração: Rogério Moreira Júnior



As primeiras aulas de Jornalismo da UFSC começaram em 8 de março de 1979, dez anos após a regulamentação da obrigatoriedade do diploma para o profissional da área. Hoje, três décadas depois, a questão continua em evidência com a possível anulação do decreto pelo STF

Memórias de uma graduação em Jornalismo

Curso completa trinta anos e a mesma pauta permanece: a importância da formação acadêmica para o exercício da profissão e a exigência do diploma

30 anos

Enquanto juizes, deputados e promotores discutem se a exigência do diploma fere o direito constitucional de liberdade de expressão, o que preocupa os acadêmicos e pesquisadores não é somente o canudo de papel, mas também a relevância dos cursos de Jornalismo. Em 1979, mesmo ano em que fundou a graduação na área, a UFSC promoveu o Seminário Catarinense de Jornalismo e Comunicação. No evento, noticiado pelo jornal *A Gazeta*, de Florianópolis, em 25 de abril daquele ano, o então reitor Caspar Erich Stemmer, engenheiro, ressaltava a importância do curso como uma "maneira de formar profissionais com conhecimentos elevados, para projetar uma imprensa mais desenvolvida e forte no estado". Também em defesa da graduação, o professor Antônio Firmo de Oliveira González, então diretor da Faculdade de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Porto Alegre, afirmou: "Não se descobriu, ainda, outro meio de formar adequadamente os jornalistas, que não seja a Universidade".

A exigência do diploma é regulamentada pelo decreto-lei 972/69, criado durante o regime militar e atualizado pelo decreto

83.284, de 1979. O seu fim já era proposto em 1986, enquanto a Constituição atual era preparada, mas a obrigatoriedade continuou em vigor. Em dezembro de 1993, o jornal laboratório ZERO publicou a matéria *Diploma continua polêmico*, na qual a Associação Nacional dos Jornalistas (ANJ) defendia que restringir o exercício da profissão aos diplomados prejudicaria a liberdade de expressão prevista na Constituição de 1988. O professor Francisco Karam, na época Chefe do Departamento de Jornalismo e membro da Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, contra-argumentava: "As pessoas podem se expressar como fontes ou mesmo escrever como colaboradores. Quem impede a liberdade são as empresas, quando criam listas negras, cortam fontes e declarações".

A polêmica ganhou destaque novamente em 2001, com a liminar da juíza substituta Carla Rister, que defende o argumento de que a exigência não respeita a Constituição e, portanto, deveria ser suspensa temporariamente até o julgamento definitivo em instâncias superiores. Agora, a questão volta novamente ao centro do debate. Em 1º de abril, o Supremo deveria apreciar a validade da liminar, mas adiou a decisão. A nova data ainda não foi definida.



Na década de 80, alunos saem às ruas para protestar contra o fechamento dos cursos de Comunicação, proposto pelo governo. "O argumento era: não tem serventia, então fecha", explica a professora Maria José Baldessar, que era aluna na época e participou da manifestação na rua Felipe Schmidt. Os docentes Hélio Schuch e Ricardo Barreto também estavam lá. "Nós sempre defendemos uma formação competente para os alunos não quebrarem a cara na vida profissional", afirma Barreto. Schuch lembra ainda que, em 1984, o governo exigiu um novo currículo para os cursos de Comunicação. A polêmica não teve fim, apenas ganhou novo foco: a necessidade ou não do diploma.



Um dos argumentos dos defensores do diploma é que alunos graduados são mais preparados para exigir condições adequadas de trabalho. Com esse propósito, atuais professores do curso participaram, também na década de 80, da greve do jornal *O Estado*. Na foto, entre os manifestantes, estão Auro Moraes e Maria José Baldessar. "Eles chegavam a pagar o salário com vales", lembra Moraes, que era repórter do periódico. "A greve durou até acontecerem as primeiras demissões e não trouxe muitos resultados, além da visibilidade para o Sindicato dos Jornalistas".

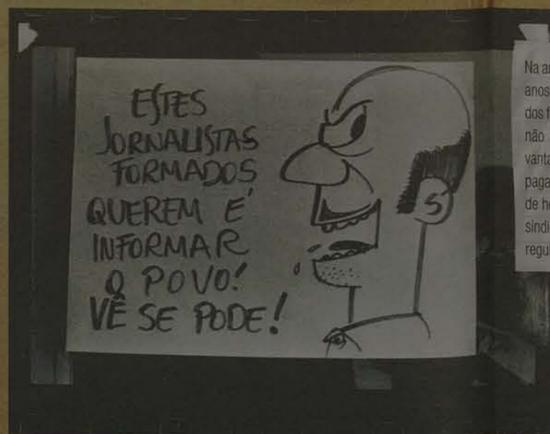
"A reunião das duas chapas encheu a sala de redação", relembra Ricardo Barreto, atual professor e, na época, candidato a subchefe do departamento. Luiz Alberto Scotto, também docente do curso, era candidato à chefia. Com a chapa *Pra Formar Jornalistas*, venceram a eleição em 1987.



Na aula inaugural, de 30 de março, em comemoração aos 30 anos do Jornalismo da UFSC, César Valente, jornalista e um dos fundadores do curso, destacou que a desregulamentação não beneficia o consumidor da informação jornalística. A vantagem ficaria com as empresas, que não precisariam mais pagar piso salarial, não teriam obrigação de respeitar limite de horas trabalhadas e deixariam de ser pressionadas pelos sindicatos, que cobram direitos trabalhistas que constam da regulamentação profissional.



Nas paredes da antiga "Praça Vermelha", onde fica o atual jardim de inverno do departamento de Jornalismo da UFSC, os alunos se manifestavam. A professora e ex-aluna do curso Aglair Bernardo lembra que a postura dos docentes era mais crítica na época. "Hoje, as coisas acontecem e não são questionadas", afirma. Auro Moraes diz que "essa atitude mudou na década de 90, quando o espírito rebelde e alternativo perdeu importância". O espaço foi reformado e reinaugurado em 21 de maio de 2001. "O curso foi ficando careta, pouco reflexivo e com uma relação precária com a universidade", lamenta a professora.





A lei municipal visa diminuir o impacto ambiental causado pelas sacolas plásticas descartadas na natureza

Sacola deve atender padrão ecológico

Com aprovação de nova lei municipal, comércio ganha um ano e meio para trocar o material dos sacos

Estabelecimentos privados e públicos em Florianópolis devem fornecer e utilizar somente sacolas ambientalmente corretas – confeccionadas prioritariamente com papel, tecido ou plástico oxibiodegradável – para o transporte de produtos e mercadorias a partir de novembro de 2010. Pela nova legislação, até o lixo de lojas, bares, restaurantes e mercados deve ser acondicionado em sacos ecológicos. A Lei Municipal 7627 foi criada em maio do ano passado e estipulava o prazo de um ano para a total substituição das sacolas. No dia 27 de abril a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, o projeto de lei 13.015/2008 que prorroga por mais um ano e meio esse prazo. Após a data limite quem estiver irregular poderá levar pena de até R\$ 15 mil reais e suspensão do alvará de funcionamento.

De acordo com dados da Abiplast – Associação Brasileira da Indústria do Plástico – de toda a produção de petróleo no mundo, 0,15% se destina à fabricação de sacolas plásticas. No Brasil, estima-se que o consumo anual delas seja de 18 bilhões de unidades – cerca de 80% viram sacos de lixos e acabam em aterros sanitários. Só em Florianópolis há aproximadamente 23 mil estabelecimentos que utilizam ou distribuem esse material.

As sacolas plásticas tradicionais levam em média 200 anos para se decompor, enquanto as oxibiodegradáveis podem levar 18 meses, dependendo da estrutura molecular dos materiais e condições que favoreçam a biodegradação (veja infográfico). As moléculas que compõem o plástico possuem uma estrutura com longas cadeias, em sua maioria formada de polietileno, polipropileno, entre outros. Essas cadeias são formadas por ligações de difícil quebra entre os átomos de carbono obtidos de derivados de petróleo. A inclusão de determinados aditivos pró-oxidantes acelera o processo de desintegração, através da oxidação, que reduz o tamanho das partículas, facilitando a decomposição.

Nas sacolas biodegradáveis, não ocorre a oxidação das moléculas, mas apenas a biodegradação e compostagem. Nesse caso, como os materiais são feitos de derivados orgânicos, juntamente com substâncias que favoreçam a resistência do material, a degradação acontece pela ação de microorganismos. Até o momento nenhuma empresa comercializa esse tipo de sacola no Brasil, pois a resina brasileira (obtida dos produtos orgânicos) ainda não obedece às normas da ABNT ou de qualquer padrão internacional. Além disso, a importação dessa substância gera altos custos para produção.

Ainda não há consenso sobre qual

material causa o menor impacto ambiental, seja por falta de estudos científicos conclusivos ou pela concorrência da indústria. Para Doris Zwicker Bucci, professora de engenharia química da FURB (Blumenau), que pesquisa plásticos biodegradáveis há sete anos, todos os materiais causam algum impacto ambiental durante seu ciclo de vida. “O ideal seria que todas [sacolas], independente do tipo, fossem recicladas. Agora, se pensarmos em um descarte não planejado, as do tipo biodegradáveis são a melhor opção visto que são produzidas através de recursos renováveis e biodegradam, em condições adequadas, rapidamente, não deixando resíduo ao meio ambiente a não ser água e gás carbônico”, explica Bucci.

Para o professor de química e pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina, Valdir Soldi, a decomposição de qualquer sacola se constitui um problema quando está em jogo a questão do aquecimento global. O dióxido de carbono – embora emitido em pequena quantidade na degradação das sacolas, mesmo nas oxibiodegradáveis – é um dos causadores do “efeito estufa”. “Talvez a solução seja cada um levar suas sacolas (permanentes) para o supermercado, como já ocorre em muitos estabelecimentos na Europa.”, sugere Soldi.

A lei municipal

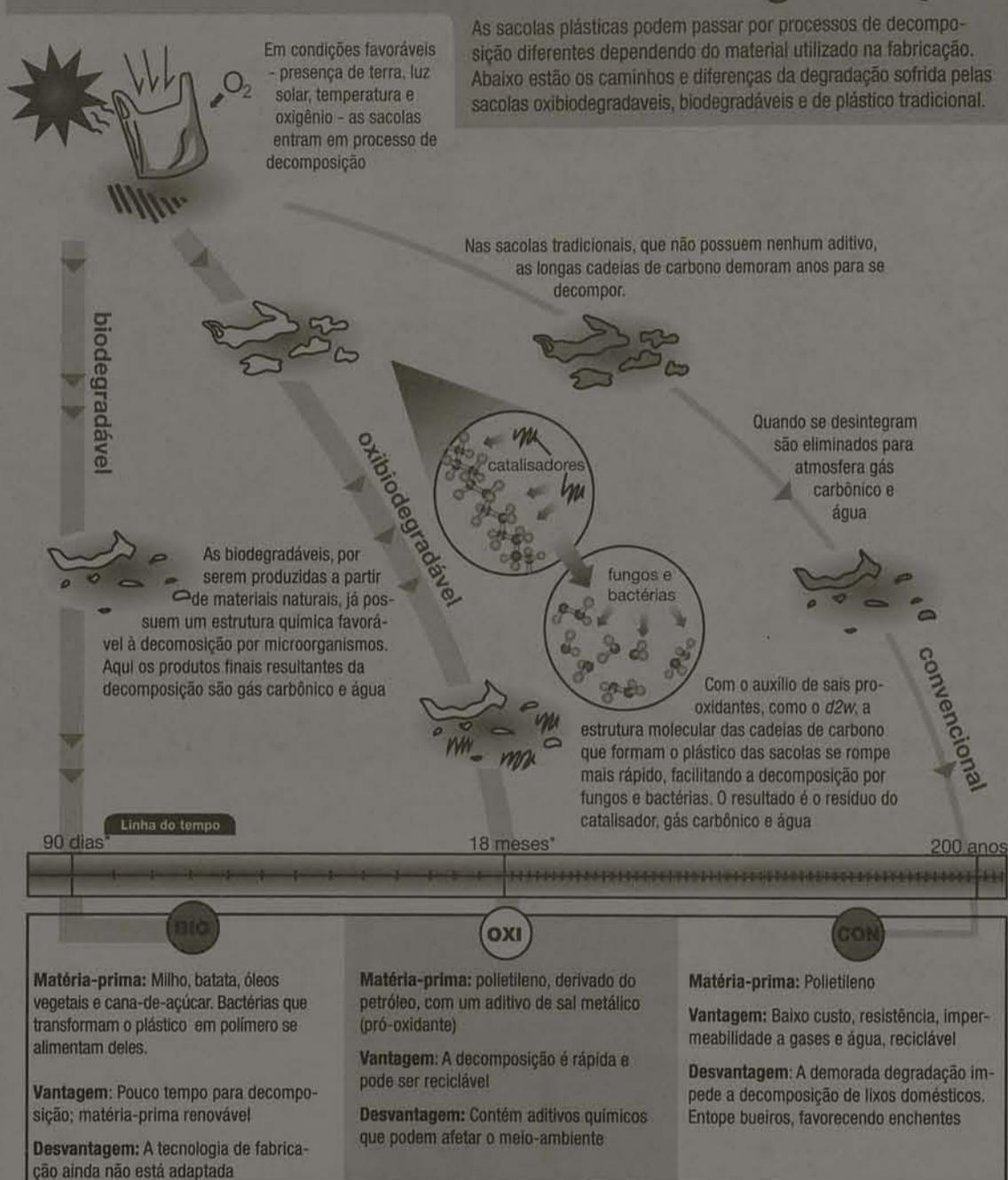
Até maio desse ano já deveriam ter sido substituídas 100% das sacolas. No entanto, muitos estabelecimentos ainda não têm conhecimento da nova regra e a indústria ainda não oferece opções e quantidade suficientes de sacolas para abastecer o comércio. De acordo com o Diretor da Vigilância Sanitária de Florianópolis, Anselmo Granzotto, nesse primeiro ano, os 80 vigilantes que atendem a cidade se detêm a orientar os comerciantes sobre a lei.

Segundo Granzotto, a vigilância passa pelo menos uma vez por ano em cada estabelecimento e a multa obedece algumas etapas. Na segunda visita, caso o local não tenha se adaptado, ele é notificado. Se em uma terceira vistoria a loja ou empresa ainda não estiver regular ela é considerada infratora e recebe uma multa. A partir daí, o caso é julgado pelo diretor da Vigilância de Saúde e, se necessário, entra no setor jurídico. Além da perda do Alvará de funcionamento, os valores da pena dependem do tamanho do empreendimento e podem variar de R\$ 1.000,00 até R\$ 15.000,00. Esse dinheiro deve ser destinado ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, conforme previsto na Lei.

Débora Oliveira

Impacto Ambiental

Os diferentes caminhos da degradação



Brasil

Medidas adotadas em outras cidades

O d2w é o aditivo químico mais utilizado no Brasil para acelerar a decomposição dos plásticos oxibiodegradáveis. Ele pertence à empresa inglesa Symphony Plastic Technologies plce. A RES Brasil é a representante exclusiva da companhia no país. Mais de 180 fábricas brasileiras de plástico já são licenciadas pela RES e diversas cidades e estados brasileiros vêm adotando medidas para reduzir o consumo de plásticos não ecológicos.

Em Santa Catarina, a Assembleia Legislativa está envolvida em estudos para criar uma lei estadual com os mesmos objetivos da que já foi aprovada na Câmara de Florianópolis. Além disso, o Ministério Público do estado firmou termo de cooperação técnica com a

Associação Catarinense de Supermercados objetivando um trabalho de conscientização que estimule a mudança de hábitos.

Em Joinville, uma rede de padarias oferece desconto a quem dá preferência a embalagens alternativas. Em Florianópolis, o Núcleo de Farmácias Magistrais da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF) já realiza a compra conjunta de sacolas de papel. Em setembro, o grupo comprou 29 mil sacolas para 15 farmácias, reduzindo os custos em 10%. Segundo o Diretor do Núcleo, Gerson Apple, uma nova compra já está prevista e cerca de cinco novos estabelecimentos vão aderir à iniciativa. Apple afirma que a ideia será levada para farmácias de Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau e Brusque.

Em Guarulhos, na Grande São Paulo, foi sancionada, em janeiro desse ano, uma lei que obriga os estabelecimentos comerciais do município a utilizar embalagens plásticas biodegradáveis ou sacolas reutilizáveis. A legislação do Maranhão, Goiás e Espírito Santo e Belo Horizonte também foram alteradas para adotar o uso das oxibiodegradáveis.

No mundo todo, mais de 60 países já incentivam o uso de sacolas ecológicas através de medidas governamentais. A Colômbia, por exemplo, reduziu as taxas de impostos sobre os aditivos oxibiodegradáveis de 16 para 5%. Na capital da Índia, Nova Deli, a legislação prevê multa para o uso de sacolas não biodegradáveis. (D.O.)



Governo investe em termoeletricas

Plano de Expansão prevê novas usinas movidas a carvão, inclusive em SC, apesar do impacto ambiental

Seguindo em direção ao sítio do casal De Col, no município de Siderópolis, observa-se uma paisagem acinzentada. As encostas da estrada de areia estão cobertas com rejeito de carvão e possuem como vegetação o eucalipto — planta que se adapta ao solo ácido. O casal mora próximo a uma mina que foi desativada há dois anos e convive diariamente com o impacto gerado pela extração do mineral que colocou a região carbonífera catarinense como 14ª Área Crítica Nacional — local de controle da poluição e conservação da qualidade ambiental. Apesar das consequências ambientais, o governo estimula a criação de novas usinas termoeletricas movidas a carvão



Daiana Meller

A terra do seu Luiz De Col não dá mais melancia, nem feijão ou tomate

através do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDEE).

De acordo com o PDEE serão instaladas 82 usinas termoeletricas em todo o país, 68 delas movidas a combustível fóssil (carvão, óleo diesel, gás), entre 2008 e 2017. O Plano é feito pela Empresa de Pesquisa de Energia (EPE) e apresenta as perspectivas de crescimento da demanda do consumo de energia do mercado nacional a médio/longo prazo. Com base nessas estimativas, avalia as alternativas de expansão da geração de energia elétrica por um período de dez anos. Juntas, as 82 termoeletricas devem

gerar 15.305 MW, aumentando em cerca de 15% a geração de energia elétrica brasileira — e em 173% a produção de energia termoeletrica a carvão.

Para o presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral, Fernando Zancan, novas minas terão que ser abertas para atender às usinas, e a previsão é de que em até uma década a exploração de pelo menos outras dez já tenha sido iniciada. Ainda em 2009, quatro novos pontos de extração de carvão devem entrar em atividade.

Cinco das usinas termoeletricas a carvão já estão em processo de viabi-

lização ou instalação nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Essas usinas, com potencial de 2,2 mil MW, irão fornecer energia quando a matriz elétrica atual não conseguir suprir a demanda de eletricidade no país. O governo optou por investir nas termoeletricas para diversificar a matriz. De acordo com a EPE, 81% da energia gerada hoje no país provém de hidroeletricas e 15% de termoeletricas. A expectativa é que em 2016 esses percentuais mudem para 75% e 20%, respectivamente.

No município de Treviso, está prevista a instalação da Usina Termoeletrica Sul-Catarinense (Usitesc). Estima-se que até maio deste ano a Usitesc consiga

a liberação de instalação expedida pela Fundação do Meio Ambiente (Fatma) e que a obra se inicie nos primeiros meses de 2010 (confira box). A termoeletrica terá potência de 440 MW — energia suficiente para abastecer uma cidade de 230 mil habitantes. A usina deve consumir anualmente 2,5 milhões de toneladas de carvão e será responsável pela geração de 800 novos empregos no setor de geração de energia e de mineração. No sul do estado catarinense, a indústria carbonífera movimentará R\$ 900 milhões por ano.

A importância econômica e o im-

pacto socioambiental provocado pela extração do carvão gera um conflito de interesses. Para o casal De Col, a mineração ao redor de suas terras trouxe prejuízos irreversíveis. A exploração do mineral alterou a terra que “ficou muito mais seca e dura. Perdeu a umidade natural. Não é mais qualquer vegetação que dá no terreno”, conta seu Luiz Valério De Col, que, de foice em mãos, abriu buracos na terra para mostrar a situação do terreno. “Antes

dava tanta melancia e agora não dá mais”, lamenta Valentina De Col. Feijão e tomate também não se adaptam mais ao terreno e três vertentes de água que o casal tinha em suas terras hoje só aparecem em tempos de chuva. A cerca de 500 metros da residência do casal, por causa da mineração, houve acomodação de rochas e um pedaço de terra cedeu.

Daiana Meller

Legislação

Fiscais não monitoram as usinas

A Usitesc conquistou a Licença Ambiental Prévia ano passado. A Licença foi concedida pela Fatma e atesta que o empreendimento está dentro das normas exigidas pela legislação ambiental. “O nosso licenciamento tem como premissa o desenvolvimento sustentável. A legislação brasileira não possui exigência com relação à emissão de gás carbônico (CO₂). O que nós fizemos foi, dentro do licenciamento da Usitesc, buscar uma compensação. Se ela recuperar uma área, transformando-a numa área com vegetação, ela pode ter equilibrada a emissão e consumo de CO₂”, justifica a analista técnica ambiental da Fatma, Ivana Becker.

As termoeletricas a carvão em operação no país liberam cerca de 4,5 milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera todo ano. Quem deve fiscalizar se os projetos estão de acordo com a legislação ambiental são a Polícia Ambiental, o Ibama e a Fatma. Como eles não possuem tecnologia para a fiscalização, o monitoramento dos projetos

fica a cargo das próprias empresas mineradoras e termoeletricas, que devem entregar relatórios periódicos para os órgãos ambientais — Fatma. No caso da Usitesc, “Se vai existir uma fraude a gente não pode ter certeza, apenas procuramos nos cercar da maior garantia possível de que isso não ocorreu”, afirma Becker.

Apesar do país ainda não possuir nenhuma meta de redução de emissão de CO₂, principal responsável pelo efeito estufa, as regras para concessão e renovação do licenciamento — com validade de 6 anos — de usinas movidas a carvão e óleo devem ser alteradas ainda este ano. A medida foi anunciada pelo ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, no dia 13 de abril. Segundo o ministro, essas termoeletricas deverão incorporar o custo ambiental ao empreendimento para conquistar a licença de operação. O plantio de árvores e um plano de manejo, a ser seguido nessas áreas por 10 anos, deverão constar no projeto da usina. (D.M)

Exploração do carvão causa doenças e prejuízos à lavoura

Contaminação do ar, das águas e dos solos são os principais problemas, decorrentes da extração do carvão, enfrentados pelos municípios integrantes da bacia carbonífera catarinense. A região possui também índices elevados de casos de doenças crônicas pulmonares, que atingem principalmente crianças e idosos.

A retirada do mineral, o beneficiamento e a queima do carvão liberam no ar partículas muito pequenas que, ao serem inspiradas, entram no trato respiratório e se alojam dentro dos pulmões. Essas partículas podem agravar ou mesmo contribuir para o aparecimento de bronquite, asma, enfisema pulmonar e pneumoconiose, conhecida como *doença do pulmão negro* e que atinge, principalmente, os mineiros. Problemas cardiovasculares também são associados à inalação de resíduos do carvão.

A oxidação da pirita, rocha com alta concentração de enxofre encontrada no rejeito da lavra do carvão, provoca a drenagem ácida e a poluição dos rios — como o carvão da região é de baixa qualidade, cerca de 70% do que tiram das minas vira rejeito.

Cerca de 2/3 dos mananciais hídricos da bacia carbonífera estão comprometidos: os principais rios das bacias hidrográficas Tubarão, Urusanga e Araranguá possuem águas amareladas devido ao elevado teor de ferro diluído na água e PH ácido. “O PH baixo favorece a diluição de diversos metais pesados como ferro, manganês, urânio, entre outros, presentes no carvão extraído na região”, afirma Leonardo Hoinaski, engenheiro sanitário ambiental e mestrando em Engenharia Sanitária da UFSC. O problema afeta a qualidade da água de 659 mil pessoas distribuídas em 24

municípios do sul do estado.

Os danos de mais de 40 anos de mineração na região não param por aí. Os rejeitos piritosos não podem ser reaproveitados. O produto da lavra do carvão é “depositado em bacias de 10 metros de profundidade revestidas com uma camada de aproximadamente 30 cm de espessura de argila para impedir o contato com o solo. Esta medida evita que as águas das chuvas contaminem o solo e lençóis freáticos. Em cima das bacias coloca-se uma camada de terra fértil e plantam-se gramíneas”, explica o biólogo vinculado ao Sindicato das Carboníferas de Santa Catarina (SIECESC) Ricardo Vicenti, que atua na recuperação das áreas degradadas. Essas medidas, paliativas, servem para impedir que o substrato degrade uma área maior.

As áreas são recuperadas e monitoradas pelas próprias empresas carbo-



Daiana Meller

Ainda restam 3,4 bilhões de toneladas de carvão na bacia carbonífera do sul do estado

níferas que prejudicaram o ambiente. Em locais explorados por empresas que foram à falência — áreas denomi-

nadas órfãs — quem assume a responsabilidade pela recuperação das áreas é o governo. (D.M.)



Monte Alegre fica a 623 quilômetros da capital Belém, no Pará. A cidade possui 61.350 habitantes e cerca de dois terços da população vive na zona rural. Monte Alegre fica a aproximadamente 3.800 km de Florianópolis

Monte Alegre recebe Projeto Rondon

Cidade paraense é cenário para testes de saúde, pinturas, programas de rádio, entre outras atividades

As turbinas são ligadas, a orla de Santarém vai se afastando e logo uma linha invisível divide a água mais clara da barrenta. É o fim do Tapajós e o início do Amazonas, o maior rio do mundo. Após três horas e meia a bordo do barco da Marinha, vendo apenas floresta, entramos no rio Gurupatuba e, em sua margem, visualizamos uma cidade colorida: Monte Alegre.

Em Planalto, a primeira comunidade visitada, vinte crianças aguardavam na mesa em forma de U da creche recém-construída. A ação programada era a "Realidade contada por desenhos", que incentiva o registro de elementos do cotidiano como forma de valorizar a própria cultura. A partir das pinturas, depoimentos sobre botos e pirarucus foram gravados para montar material audiovisual.

A "Realidade contada por desenhos" trabalhou com cerca de 150 crianças em mais cinco comunidades. Na de Curitanfan, por exemplo, não há escolas municipais, apenas a creche visitada. A maioria das famílias vive em casas de palafita e é sustentada pela pesca. "A renda média mensal é de R\$250,00", afirma Rose Figueiredo, proprietária da única escola particular do município. As crianças do bairro desenharam barcos, peixes e a bandeira do Pará.

No Curaxi, 47 crianças de dois a 16 anos foram reunidas no ginásio de esportes do bairro, onde se divertiram com papel e giz de cera. Além de professores, 12 guardas mirins acompanharam a atividade. Na quadra, os guardas aprenderam a aplicar um teste de visão nas crianças, parte da ação "Professor Nota

10", que capacitou também mais 200 professores e agentes de saúde. "Quando identificado algum problema, a criança deve ser posicionada à frente da sala de aula e encaminhada ao médico", explica Alexandre Casagrande, estudante de medicina. Na comunidade da Colônia Agrícola do Norte do Pará (Canp), aprenderam o teste vinte docentes da escola municipal Dátis Lima, pólo da região com cerca de mil matriculados. "Aplicaremos em todos os alunos quando voltarem das férias", garantiu a professora Leonor Melo.

Também na área de saúde, os estudantes de medicina Casagrande e Mateus Bueno fizeram um questionário com 170 mães sobre aleitamento materno. Isso para criar um banco de dados sobre as condições de saúde do local. "Muitos conhecimentos são passados de geração para geração por aqui. O objetivo da pesquisa é conhecer essa realidade e não ensinar ninguém", destaca Bueno.

Em outra ação, foram feitas visitas domiciliares para esclarecer dúvidas sobre programas assistenciais do governo, como o Bolsa-Família. A maioria das famílias visitadas recebia ou estava na fila para obter o benefício. A equipe elaborou uma cartilha cidadã contendo esses direitos e disponibilizou para a prefeitura. Além disso, foram produzidos 15 programetes de rádio das séries "Doutor Sushi responde" e "Minuto Cidadão", solucionando dúvidas como "Meu filho tem 15 anos, ele pode participar do pró-jovem?/ O que a gente faz quando a criança tem diarreia?". O material ficou à disposição das emissoras locais para



A equipe do Projeto Rondon visitou pessoas de casa em casa para dar orientações sobre os programas assistenciais oferecidos pelo governo

inserção na programação.

Os meios de comunicação também foram alvos do projeto. As rádios Mirante FM e Comunitária Gurupatuba, a TV Ponta Negra e o Jornal Tribuna da Calha Norte reuniram 33 profissionais para seminário de atualização ministrado pelos estudantes e professores de jornalismo. Seriam três encontros, ampliados para seis a pedido dos participantes. Todos atuam como comunicadores, mas não possuem formação superior na área. "Eu tenho voz boa, tinha feito uma oficina de rádio e daí a Mirante me contratou como locutor", conta Nêlio Costa. As reuniões notur-

nas discutiram temas como técnicas de redação e ética profissional.

Retorno

A prefeitura de Monte Alegre solicitou ao Ministério da Defesa a operação-retorno do Projeto Rondon, para julho deste ano. "Analisamos as atividades que deverão ser mantidas, atingindo outras comunidades, e acrescentamos outras que julgamos importantes", diz Ionara Vasconcelos, Secretária Municipal de Trabalho e Inclusão Social da cidade. De acordo com o edital, apenas os professores coordenadores serão os mesmos. Segundo Mattos, é importante dar a outros

estudantes a oportunidade de participar dessa experiência.

"O Rondon é único na vida do aluno. É extensão pura, colocar em prática o que se aprendeu e levar o aprendizado para a vida toda", afirma Mônica dos Santos, diretora do Departamento de Projetos de Extensão da UFSC. A estudante de serviço social Daiana Hackbarth diz, entretanto, que apesar de contente com as ações realizadas, a equipe voltou frustrada com o que poderia ter feito com mais tempo de preparação e permanência.

Luisa Frey, rondonista pela UFSC

UFSC formou dois grupos para participarem da Operação Centro-Norte de janeiro deste ano

Desde a reativação do Projeto Rondon, em 2005, nove equipes da UFSC participaram das 21 operações promovidas pelo Ministério da Defesa. Neste ano, a UFSC enviou dois grupos à Operação Centro-Norte, para Monte Alegre, Pará, e Rio Preto do Eva, Amazonas.

Em Monte Alegre, seis estudantes - dos cursos de medicina, jornalismo e serviço social - atuaram sob a coordenação dos professores de jornalismo Sérgio Mattos e Clovis Geyer. De 26 de janeiro a 6 de fevereiro, desenvolveram ações correspondentes ao conjunto B proposto no edital do Projeto, que contempla as áreas de comunicação, meio-ambiente, tecnologia e produção e trabalho. Além de Monte Alegre, outros dez municípios da região de Santarém foram atendi-

dos pelos 160 rondonistas que foram enviados ao Pará.

A realização do projeto depende em grande parte da prefeitura local. As passagens para São Paulo são pagas pela UFSC e, até Santarém, no Pará, a viagem se dá através da Força Aérea Brasileira. A prefeitura é responsável pelo transporte, pela alimentação e pelo alojamento dos participantes no município de atuação.

O objetivo do Projeto Rondon é aproximar estudantes universitários da realidade do país. O trabalho voluntário contribui também para o desenvolvimento de comunidades carentes. Sua criação data de 1967. A primeira operação aconteceu no interior da Amazônia e durou 28 dias. Os universitários voltaram com o lema "integrar para não entregar" e batiza-

ram o projeto em homenagem ao Marechal Cândido Rondon, que desbravou o país no século XIX. O Rondon envolveu mais de 350 mil estudantes até ser extinto em 1989.

Em 2003, a União Nacional dos Estudantes (UNE) encaminhou ao Governo Federal uma proposta de reativação. O Projeto foi oficialmente relançado em 2005, com a colaboração da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) e coordenado pelo Ministério da Defesa. Até janeiro de 2009, mais de 6500 rondonistas (professores e estudantes) participaram desta nova fase.

Mais informações sobre o projeto nos sites www.defesa.gov.br/projeto_rondon e www.projeto-centronorte.ufsc.br (desenvolvido pela equipe da UFSC em Monte Alegre). (L.F.)

Passo a passo

Etapas do Projeto

1. Escolha dos locais de atuação

O Projeto Rondon prioriza ações em áreas de altos índices de pobreza e exclusão social, assim como as isoladas do território nacional.

2. Convite às Instituições de Ensino

É divulgado no site do Projeto o convite para a participação das instituições de ensino superior (IES) na operação, que podem enviar quantas propostas desejarem.

3. O reconhecimento da área

Os municípios são visitados por um representante do Projeto, que discute com a prefeitura as condições de participação na operação e as ações a serem desenvolvidas.

4. A seleção das universidades

A partir das propostas de trabalho apresentadas, a Coordenação Geral do Projeto define que universidades trabalharão em cada município.

5. A viagem precursora

Os professores coordenadores das equipes visitam o município e definem as ações que serão realizadas e o apoio logístico da prefeitura (alojamento, alimentação e transporte).

6. A preparação das equipes

As universidades selecionam os rondonistas e preparam as equipes para a operação.

7. O trabalho nos municípios

Em parceria com a prefeitura e as lideranças locais, os rondonistas desenvolvem os trabalhos e ações pré-acordadas.

Fonte: Ministério da Defesa



O sistema de cotas prevê 30% de vagas para alunos de escolas públicas, sendo que dessas, 10% são para negros. Neste ano, foram reservadas seis vagas em toda universidade a alunos indígenas

Falta apoio para o sistema de cotas

Não há suporte financeiro e aulas complementares para todos. Cotistas ainda tem de lidar com preconceito

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) possui 1.850 alunos que entraram pelo sistema de cotas. Não se sabe, porém, quantos ainda estão na universidade, nem como está o desempenho escolar dos estudantes. Os dados para essa análise já foram processados pelo Departamento de Assuntos Estudantis (DAE) e enviados à Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAA), órgão responsável pelo processo. No entanto, de acordo com Marcelo Tragtenberg, presidente da Comissão, não houve tempo para avaliar, pois o relatório só foi entregue em janeiro de 2009. "Já ocorreu um segundo processo de vestibular com o sistema de cotas, e não se sabe, ainda, qual o resultado do primeiro", lamenta.

A Comissão propõe soluções de possíveis problemas relativos ao Programa de Ações Afirmativas (PAA) ao órgão responsável dentro da universidade. Por exemplo, se a assistência financeira aos alunos não é o suficiente, a solicitação é enviada à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). A Comissão reclama da pouca colaboração desses órgãos, como a falta de concessão de bolsas permanência, prevista na resolução do PAA e mencionada mais de uma vez em documentos. Esse apoio foi concedido apenas em parte pela PRAE, pois houve aumento no número de re-

Reforço

Auxílio pedagógico aos alunos

Há um programa de apoio pedagógico estruturado para começar no mês de abril, em parceria com o Gursinho pré-vestibular da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG). Os cursos são nas áreas de matemática, física, redação e interpretação de textos e inglês. Assim como a ajuda financeira, esse apoio não é restrito aos alunos que entraram por programas de ações afirmativas. As aulas são voltadas para todos os alunos de primeira à terceira fase que tiverem interesse.

Foram criados dois tipos de cursos. Há um básico, com duração de dois meses e dois encontros semanais de duas horas/aula cada, que será ministrado com conteúdos básicos do ensino fundamental e médio, indispensáveis para a graduação. Já o curso de apoio é voltado para conteúdos relacionados ao ensino superior, baseado em características da área à qual o curso esteja inserido. Possui duração de um semestre, com encontros semanais de duas horas/aulas cada.

Esse programa é baseado em um projeto piloto, que durou apenas um mês, em junho do ano passado, como já relatado pelo ZERO. Na época, o professor coordenador, Otávio Augusto Pinheiro Auler Rodrigues, disse que foram, em média, oito alunos às aulas de cada disciplina. Do total, 60% eram estudantes que entraram pelas cotas, 30% estudaram em escolas públicas, mas passaram no vestibular pela classificação geral, e 10%, de escolas particulares.

curso de caráter assistencial, mas não o suficiente para todos os alunos que necessitam (*ver infográfico*).

Questionada pelo ZERO, Lília Pereira, assistente social da Coordenadoria do Serviço Social da PRAE, diz que há previsões de aumento dessas bolsas ainda em abril, e mais 100 em agosto, com recursos do Programa de Apoio a Planos de Re-estruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). No que se refere à questão de apoio peda-

gógico, há um projeto estruturado para começar neste mês (*ver box*).

Além do acompanhamento e avaliação do PAA, a CAA tem o papel de divulgar aos alunos que entraram por ações afirmativas os apoios que existem para estudantes com dificuldades financeiras ou pedagógicas. Logo após a matrícula, por exemplo, há uma reunião com todos os alunos que entraram na universidade pelo sistema de cotas. Na ocasião, são apresentados

os programas de apoio assistenciais disponíveis.

Discriminação

Além dos problemas com bolsas e acompanhamento pedagógico, os cotistas precisam enfrentar, ainda, a questão do preconceito. Segundo a assistente social da Comissão, Corina Espíndola, desde o ano passado, alunos entram em contato para falar sobre situações rotineiras de discriminação. A universidade não possui o direito de revelar quais estudantes passaram no vestibular através do novo sistema. Apesar disso, o discurso da Comissão é que o aluno de ações afirmativas deve se assumir como cotista para inibir o preconceito, já que o estudante "não está [na UFSC] de favor. Se o aluno não se assume, ele está dando chance para as pessoas fazerem essa discriminação", explica a assistente.

Caso sinta algum tipo de discriminação, Espíndola sugere que o aluno entre em contato com a Comissão, que fica no prédio da Editora da UFSC – ao lado do Restaurante Universitário (RU), a Ouvidoria – que fica no térreo do prédio da reitoria ou, até mesmo, a coordenadoria do curso que estuda.

Apesar de, por enquanto, não haver reclamações formais de preconceito, um exemplo explícito ocorreu entre os dias 25 e 29 do mês de agosto do ano

passado. Cartazes que comparavam as notas de alunos da classificação geral com as notas dos que entraram pelo sistema de cotas para negros foram colados nas paredes da Universidade, junto a cartazes de inscrição para o programa VIVAA, de convivência e troca de informações entre alunos de ação afirmativa. A Comissão de Acompanhamento enviou uma solicitação ao Gabinete do Reitor a fim de que se tomasse providências para encontrar os autores da discriminação, mas até agora não foram descobertos culpados.

Liminares

O sistema de cotas também gerou polêmica pela não aprovação de candidatos com notas maiores do que os que ingressaram pelo sistema de ações afirmativas. Um total de 103 vestibulandos entraram com processo contra a universidade para garantir o direito à matrícula. Entre esses, 66 alunos estão estudando graças às liminares. Essa medida não é decisiva, as liminares são concedidas provisoriamente até que se realize o julgamento.

Tanto os estudantes quanto a universidade fundamentam parte dos argumentos no artigo 5º da Constituição Brasileira, que prevê a igualdade de todos perante a lei.

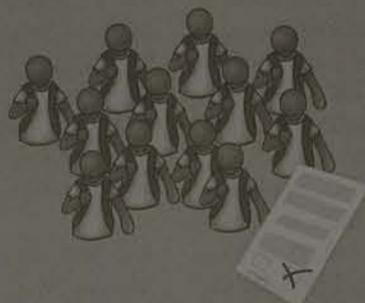
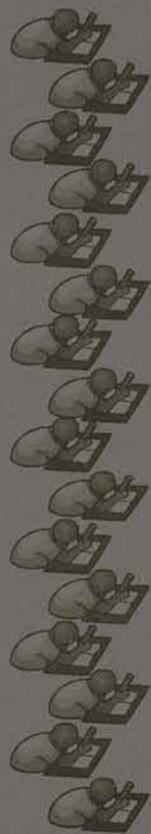
Aline Fernandes

Programas assistenciais

O artigo 12 da Resolução Normativa número 008/CUN/2007 criou o Programa de Ações Afirmativas. Nele está previsto o apoio econômico aos alunos que entraram por cotas, "em face das demandas de situação de baixa renda", a fim de auxiliar a permanência na Universidade.

Houve na UFSC um acréscimo de mais 130 bolsas permanência em relação ao ano passado, através de recursos do Reuni. Há previsão de aumento desse número.

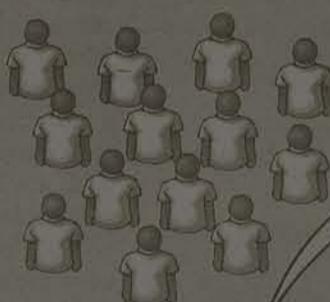
Mas, enquanto isso, no mínimo, 130 alunos aguardam a possibilidade de receber bolsas para conseguirem estudar. A bolsa de permanência é de R\$364 e o aluno trabalha em projetos dentro da área em que estuda. Há falta de outros auxílios, como o de moradia. Esses programas assistenciais focam alunos com dificuldade sócioeconômica, e não apenas aqueles que entraram por ações afirmativas.



1228 alunos entraram por ações afirmativas em 2009.



Entraram, também, alunos com dificuldade sócioeconômica, que não se encaixam na proposta das ações afirmativas.



Desse conjunto de alunos, apenas 352 se inscreveram para bolsa permanência e 267 para receber algum benefício em relação à moradia.

Auxílio Moradia

Na moradia estudantil das 156 vagas existentes, foram liberadas apenas 10. No entanto, há ainda 170 alunos que recebem auxílio moradia de R\$ 200. Existem 30 alunos que se inscreveram e não conseguiram nem vaga na moradia, nem bolsa de auxílio.

Bolsa Permanência

São 740 no total. Destas, 518 são renovação. Lembrando que foram 352 inscrições e, desses, 130 ainda estão em lista de espera.

Auxílio Alimentação

As isenções para almoçar no RU somaram 777 em 2007 e, no ano em que entraram alunos pelas ações afirmativas, 2008, apenas 704. Em 2009, no entanto, já foram concedidas 610, e como a bolsa é semestral – precisa ser renovada a cada início de semestre – a previsão é que esse número dobre. O pedido de isenção pode ser feito a qualquer momento na secretaria de Coordenação Social da PRAE.

UFSC estuda adoção do novo vestibular proposto pelo MEC

Está em processo de discussão nos centros da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a proposta do Ministério da Educação (MEC) sobre uma nova forma de avaliação no exame de ingresso nas universidades. A ideia é substituir os atuais vestibulares por uma avaliação única, baseada na reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem.

Na terça-feira, 14 de abril, o reitor Álvaro Prata se reuniu com os diretores de centro da UFSC para discutir, entre outros assuntos, a questão. Uma semana antes, os reitores das 55 universidades federais brasileiras se encontraram, em Brasília, com o ministro da educação Fernando Haddad, que espera que o novo Enem privilegie o raciocínio e a capacidade de pensar e resolver problemas do dia-a-dia.

Para Carlos José de Carvalho Pinto, diretor da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação (PREG), o vestibular da UFSC possui singularidades que não podem ser deixadas de lado. "Todo sistema de avaliação tem prós e contras. Na UFSC, ele é pensado pedagogicamente pela Coperve [Comissão Permanente do Vestibular]. Nossa prova valoriza o estudante catarinense, com regionalismos, história e geografia locais e dois livros, dos dez obrigatórios para a prova, são de escritores catarinenses, até para que o estudante de fora estude a cultura local. As mudanças são bem-vindas, mas, *a priori*, essa peculiaridade seria perdida com a unificação dos exames."

Em compensação, ele destaca o elemento político no projeto, sabendo que a adesão das universidades será voluntária, já que elas têm

autonomia para definir as regras do processo seletivo. "É o governo que distribui a verba para as universidades federais e eles já sinalizaram que o processo é nesse sentido que o MEC escolheu", explica. "O que temos que fazer é nos preparar e ver o melhor jeito de implementar o novo método."

Inicialmente, o novo Enem será aplicado nos dias 3 e 4 de outubro. No ano que vem, a ideia é realizar um exame por semestre, na mesma data, em todo o país, mas os detalhes terão de ser definidos em conjunto pelo MEC e as universidades federais que aderirem ao sistema. Segundo o MEC, a participação no novo exame está estimada de 4 a 5 milhões de estudantes no país, em vez dos atuais 3 milhões.

Como a prerrogativa de aceitar ou não a nova proposta do Ministério da Educação é das próprias universidades, algumas delas já garantiram que irão manter o plano de vestibular atual para o próximo processo seletivo. É o caso da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que estuda o modelo proposto pelo MEC para ser utilizado no concurso vestibular de 2011.

O diretor da PREG considera que a mudança será grande. "Os cursinhos terão de se preparar, nós teremos de mudar o sistema de ensino do Curso Pré-Vestibular da UFSC. Quem sabe só modifiquemos o vestibular no próximo ano também, mas isso ainda não está definido. Estamos em discussões", completa.

Pedro Santos

A prova

Como vai ser o processo de seleção

- Será composto por 200 questões divididas em quatro provas: Linguagens - com questões de língua portuguesa, língua estrangeira e redação -, matemática, ciências humanas e ciências da natureza.

- O processo de inscrição se dará somente pela internet.

- O candidato poderá escolher até cinco opções de cursos e instituições. Isso significa que o estudante pode optar por cinco cursos diferentes em cinco universidades diferentes, independente do lugar onde mora.

- O candidato só poderá entrar para um dos cursos que escolheu, dependendo da nota que tirou na prova, da ordem de preferência do estudante e do número de vagas disponíveis na instituição.

- O resultado da prova será divulgado no sítio do Ministério da Educação (www.mec.gov.br), na Central de Atendimento do MEC e nas instituições.

- A data do novo Enem para este ano está prevista para os dias 3 e 4 de outubro. Os resultados para as provas de múltipla escolha serão divulgados em 4 de dezembro. O resultado final, incluindo a redação, está previsto para 8 de janeiro de 2010.

Fonte: MEC

As aulas práticas no laboratório estão suspensas até a conclusão da reforma. Cada curso que dependa do Anatômico pensa em uma alternativa

Alexandre Lunelli



Para finalizar a reforma no laboratório, falta fazer a pintura das salas, o acabamento do sistema de exaustão e terminar a parte elétrica

Atraso nas obras do Anatômico prejudica aulas de oito cursos

A previsão de entrega do laboratório é dia dois de junho

Histórico

Datas importantes da reforma

Agosto de 2008 - O Cerest lista itens que precisam ser cumpridos para que o anatômico volte a funcionar normalmente, como reforma do sistema de exaustão, contratação de técnicos e aquisição de materiais apropriados para armazenamento e manipulação de cadáveres.

Novembro de 2008 - Início da reforma do laboratório de anatomia. Conforme o progresso das obras, constatou-se que outras modificações precisavam ser feitas. Incluiu-se também na reforma, além das alterações previstas em agosto, a aquisição de duas cubas para armazenamento de cadáveres, a construção de dois novos banheiros e a reforma do telhado. Esta última sofreu atrasos devidos às fortes chuvas.

1º de fevereiro de 2009 - Prorrogação do prazo para entrega do laboratório para dois de abril.

Março de 2009 - Início do primeiro semestre letivo, com as aulas práticas de anatomia suspensas.

Abril de 2009 - Com 65% das obras concluídas, o prazo para término da reforma foi prorrogado por mais 60 dias.

ida. Além desses dois cursos, foram afetadas as graduações de ciências biológicas, enfermagem, farmácia, educação física, nutrição e psicologia.

A reabertura do laboratório depende do cumprimento das exigências apontadas pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), listadas após visita realizada ao laboratório de anatomia da UFSC, em agosto de 2008. Nesta ocasião, o anatômico foi interditado devido a insalubridade do local. O engenheiro civil Marcel Mores, servidor da UFSC responsável por fiscalizar a obra, diz que 65% da reforma já foi concluída. Estão prontos dois novos banheiros, as calhas foram impermeabilizadas e o telhado foi refeito. Para os próximos dois meses, estão previstos o acabamento do sistema de

exaustão, a conclusão da parte elétrica e a pintura. Durante o período de obras também foram compradas duas cubas para armazenamento de cadáveres, com capacidade para 12 corpos cada uma, e tanques antigos foram demolidos.

A reforma tinha custo inicial estimado em 143 mil reais. Durante as obras, o valor foi aumentado em 49% - a Lei de Licitações nº 8.666/1993 permite que o custo do projeto seja ampliado em até 50% - somando um total de 213 mil reais. Além do orçamento, o projeto foi ampliado em 25% de sua área inicial, que não previa a reforma completa do telhado e a construção de abrigos externos para os exaustores.

Talita Fernandes

O projeto Estrelas do Mar, que realiza um roteiro cultural pelo Pântano do Sul, foi o quarto lugar mundial no prêmio Volvo Adventure de preservação ambiental, na Suécia, em 2006



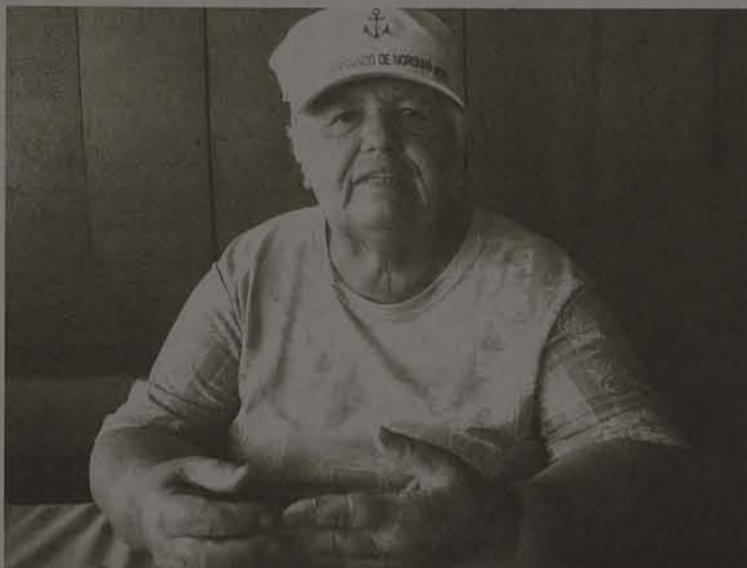
Projeto une turismo e cultura popular

Jovens do Pântano do Sul guiam visitantes em roteiro pelos cenários, histórias e personagens do bairro

Um casal de turistas chega à praia do Pântano do Sul, em Florianópolis, olha para os lados, procura algo que não sabe descrever. “Quer ver como eles vão só tirar fotos e ir embora?”. Os visitantes puxam a câmera, capturam imagens do mar azul, do costão, das canoas enfileiradas na praia. Cinco minutos depois, se vão. “Viu? Eles não sabem o que tem pra ver aqui”, conclui Alexandre de Castro, biólogo e idealizador do Instituto Ilhas do Brasil. O IIB criou o projeto Estrelas do Mar, que dentre outras atividades oferece o Roteiro Cultural do Pântano do Sul, um itinerário para mostrar aos turistas as expressões populares e tradicionais do bairro, ao Sul da Ilha de Santa Catarina.

O trajeto começa no bar Pedacinho do Céu, a 200 metros da entrada da praia. Os visitantes são acompanhados por jovens guias turísticos – estudantes da comunidade com idade entre 12 e 18 anos –, que frequentam cursos gratuitos de capacitação do Estrelas do Mar. Selecionados anualmente de acordo com o aproveitamento nos cursos e interesse em turismo e nos temas das oficinas – ecologia, empreendedorismo, arte, etc –, cerca de quinze adolescentes compõem a equipe.

Segundo Castro, a maioria dos visitantes é de fora do país, 35% de sul-americanos – principalmente argentinos e uruguaios –, 35% de europeus, com grande contingente da França e



Dona Zenaide gesticula, fala de sua vida, conta histórias de bruxas, canta músicas típicas

Alemanha. Os outros 30% são moradores de Florianópolis.

Os turistas têm a oportunidade de conhecer algumas das manifestações culturais do Pântano do Sul ao custo de dez reais – valor revertido aos guias. Exemplo delas é a pesca artesanal, ainda presente apesar da crescente concorrência com a prática industrial. A renda de bilro também aparece entre as atividades do bairro, a 28km do Centro de Florianópolis.

O dia-a-dia se faz presente na arte local, que não está em nenhuma galeria. Está, por exemplo, na porta dos banheiros masculino e feminino do

restaurante Canoa Grande: quadros de um pescador e de uma rendeira. O bar chama a atenção por ser construído de pedras e óleo de baleia, técnica usada pelos portugueses até o início do século XIX. O telhado é de palha trançada de coqueiro de peito – localmente, dizem ser uma técnica que ninguém na comunidade conhece hoje em dia, apenas seu Dário Coelho, 42 anos, dono do estabelecimento. O Canoa Grande é o rancho que abriga a canoa mais antiga do Pântano, que possui mais de 100 anos, a última de borda lisa no bairro, usada antigamente para capturar Cação Mangona. Hoje em extinção, o pei-

xe era puxado usando o apoio da borda do barco – por isso a canoa difere das embarcações de pesca de tainha.

Os restaurantes fazem parte do roteiro porque é neles que donos e trabalhadores contam sobre o cotidiano da comunidade. A conversa pode ser interrompida por um pescador que chega do mar e quer saber se precisam ali de peixe fresco, de lula, camarão ou ostra. Sempre que um barco chega à orla, os visitantes são informados da situação da pesca, o que foi capturado e quem foram os atores da cena.

Se algum pescador mais velho está por ali, é logo introduzido na conversa: conta-se quem ele é e o que representa. São as personagens que fazem parte do cenário do Pântano do Sul. Dentre elas está dona Zenaide, 65 anos, mãe de oito filhos, proprietária do Pedacinho do Céu, onde inicia o itinerário. A primeira mulher do bairro a ir ao mar com os homens para a pesca de tainha, e primeira esposa a se divorciar. “A música faz parte da alma”, diz, e entoia uma canção.

O itinerário passa também pelo bar do Arante, conhecido por ter as paredes cobertas de bilhetes de papel deixados pelos clientes desde 1958, ano de sua fundação, e pelo bar do Vadinho, no final da faixa de areia. Nas paredes desse, desenhos que o próprio dono do estabelecimento fez. Em outro salão, quadros de embarcações em

que conchas formam velas. Todos os barcos pintados chamam Ponta da Praia. “Foi o primeiro navio em que trabalhei, em Santos, quando fui pra lá em 1962”, explica seu Vadinho, cujo nome de batismo é Lourival João Perão. Pescador artesanal até a maioridade, seguiu para o litoral paulista e ficou 30 anos em navios industriais na costa brasileira. Depois voltou para casa, onde abriu o bar. Aos 66 anos, agora só pesca por gosto.

Para encerrar o passeio, uma boa dica é experimentar a culinária açoriana em algum dos restaurantes locais. Para continuá-lo, o Roteiro Cultural do Pântano do Sul ainda integra outras atividades, como passeios de barco e mergulho. Tudo acompanhado pelos guias, que têm treinamento nas áreas em que atuam. Os professores são profissionais reconhecidos em cada campo – como a campeã mundial de mergulho Karol Meyer, que ministrou o curso de mergulho em 2008 –, pagos pelo Instituto Ilhas do Brasil.

O dinheiro inicial para a fundação do IIB partiu da rede ASHOKA de empreendedores sociais, em 2005. A entidade norte-americana sem fins lucrativos, fundada há 25 anos e que atua em 60 países – no Brasil desde 1986 – paga uma bolsa mensal de três anos para empreendedores selecionados.

Déborah Salves

ONG cria alternativa de emprego e renda no sul da Ilha

Alexandre de Castro, idealizador do Instituto Ilha do Brasil, explica que a ONG é um projeto de base comunitária. A diretoria e o conselho do IIB são compostos por membros da comunidade, apoiados por equipe técnica. Desde 2005, cerca de 50 jovens capacitados pelo Instituto atenderam a mais de 2,5mil turistas.

Castro esclarece que não existe uma cultura de ir ao Pântano para fazer turismo. “Diria que 90% das pessoas são atraídas pela culinária local”. Pontua que um dos objetivos do programa é fazer com que o Sul da Ilha seja reconhecido como atrativo devido às suas expressões culturais. O biólogo, que conheceu o Pântano aos 13 anos, lembrou do lugar quando idealizou o Instituto, onde sempre identificou grande potencial turístico.

O projeto também busca apresentar uma alternativa de emprego e renda dentro da comunidade. “A pesca já não é mais tão visada pelo pessoal daqui, por causa da pressão que a pesca industrial vem exercendo”, conta Rafael Capistrano, 18 anos, pescador e estudante. Atualmente, não trabalha mais na ONG, pois teve de sair para ajudar o pai, também pescador.

O jovem foi um dos dois participantes do projeto Estrelas do Mar – iniciativa do IIB – que foi à Suécia em maio de 2006 disputar o prêmio Volvo Adventure de preservação ambiental. Voltaram para casa com o quarto lugar, empatados com o Japão.

Em 2009, o IIB ainda recebe financiamento do Fundo Itaú de Excelência Social

(FIES), que vai destinar R\$145 mil para o projeto, único de Santa Catarina dos 25 beneficiados deste ano – foram 1139 inscrições. O Instituto foi contemplado na categoria Educação Ambiental.

O Instituto Ilhas do Brasil começou com sede na beira da praia, onde historicamente havia uma peixaria. “O espaço era estratégico, para chamar a atenção de que havia ali uma iniciativa diferenciada”, explica Castro. Depois, a ONG se mudou para a sede atual, no final da rodovia SC-406, a que chega à praia, ao lado da escola básica do bairro e em frente à igreja. O local agora está em reforma para iniciar as capacitações e oficinas de 2009. (D.S.)



Castro convida os jovens para o IIB com palestras nas escolas

Pão sem circo

Às 11h50, o aluno do curso de Engenharia de Produção Elétrica, Heitor Dal Poggeto Ribeiro, chega ao Centro de Convivência da UFSC para comprar passes do Restaurante Universitário, almoçar e voltar para a sala de aula. **ZERO** acompanhou o processo que durou 1h20

Amanda Busato com reportagem de Pedro Santos
Fotos: Alexandre Lunelli

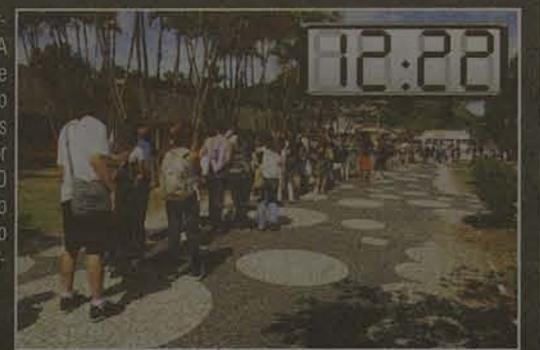


Hoje existe um único ponto de vendas de passes, no BESC do Centro de Convivência, aberto das 10h30 às 12h50. Deise da Oliveira Rita, diretora do RU, acha a situação inaceitável e acredita que em breve deve haver uma terceirização da venda de passes. Sem data para o início das atividades, uma empresa ainda não escolhida deverá realizar o serviço das 9h às 17h, reduzindo a fila.



Durante a Semana do RU, promovida pelo DCE de 30 de março à 3 de abril, 200 estudantes se reuniram em assembleia pública com o reitor Alvaro Prata e oficializaram a Comissão Permanente de Acompanhamento do Restaurante Universitário. "As pessoas têm razão de reclamar, já está na hora de abrirem a terceira ala", diz Heitor.

O restaurante tem 920 lugares divididos em duas alas. A Comissão propôs a criação de uma terceira no espaço físico já existente atrás de um dos refeitórios. O RU atende por dia aproximadamente 4.100 pessoas. Com a ampliação da cozinha e abertura do novo espaço este número deve aumentar para 6 mil.



Heitor almoça no Restaurante uma hora depois de entrar na fila da compra do passe. Para o próximo semestre ele poderá criar esperança de aguardar menos tempo pelo almoço. Prata garantiu o início das obras da terceira ala para 2009/2.

Na saída do RU, Heitor reclama da substituição das bandejas pelos pratos na ala A, que acontece desde o início do semestre e atrasa ainda mais o retorno para a aula. Deise afirma que os pratos foram uma medida acertada contra o desperdício. Ela aguarda um estudo da Nutrição que será divulgado no início de maio e trará dados concretos sobre as novidades.

